

Triste (mas nem tanto) Horizonte

Drummond se indagava: “*por que não vais a Belo Horizonte? a saudade cicia e continua, branda: Volta lá.*” Sem maiores pretensões de querer me comparar com o poeta-maior, devo admitir que às vezes tal pergunta também me passa pela cabeça. Assim como ele, vivi um tempo na cidade e depois me mudei, para voltar ali apenas esporadicamente. Neste aspecto, contudo, levo por assim dizer uma vantagem sobre ele, que viveu lá, ao que me parece, no máximo uma década, quando eu ali passei os primeiros 22 anos de minha vida. E, ao contrário dele, volto lá no mínimo duas ou três vezes ao ano, sem me fazer de rogado, por ainda ter na cidade filha, netos, irmãos, sobrinhos, e principalmente uma mãe. De modo que não me seria coerente proferir como ele um carrancudo: *Não. Não voltarei para ver o que não merece ser visto, o que merece ser esquecido, se revogado não pode ser.* Confesso que às vezes me sinto assim, meio *gauche* com a cidade, portador de duas alegrias quando vou até lá: a de chegar e a de sair, não sei qual das duas a mais significativa. Mas não posso negar que ali passei anos bem felizes, mas não somente isso, foi nela que pude fazer toda minha formação escolar, profissional, intelectual, amorosa, espiritual. No meu caso particular, com efeito, não dá para esquecer aquela urbe *provinciana saudável, de carnes leves pessegueíneas* e para tanto, realmente, nem preciso me esforçar. Penso que um pouco de minha sintonia (não direi admiração e nem mesmo amor...) com Belo Horizonte pude trazer à luz em meu livro de memórias *Vaga, lembrança* (ver link) e resgato aqui alguns trechos que falam da minha relação com esta cidade, afinal, detentora de um horizonte que definitivamente não me traz *tristeza* e muito menos algum amor mal resolvido ou *destroçado*.

Aqui vai...

TÍTULO	PÁGINA
• Para quem não me conhece, esclareço...	02
• Entre Prado, Carlos Prates, Lagoinha	04
• Rua do Ouro	16
• Um anjo louro	28
• Cheiro de tangerinas	30
• Minha vida de cachorro	31
• Promenade Belzontina	33
• O colégio da elite mineira (e meu também)	34
• A Barroca que habita em mim	37
• Eu fui boy	40
• Anos de chumbo	42
• Minha iniciação espiritual	46
• Minha formação, digamos, intelectual	49

- **Para quem não me conhece, esclareço...**

Sou Flávio Goulart, nasci em 1948 em Itabira-MG, pois meu pai, que veio de Pains, no oeste de MG se encontrou com minha mãe nesta cidade. Sou por assim dizer filho do esforço de guerra brasileiro, pois meu pai foi para Itabira exatamente para trabalhar na Cia Vale do Rio doce. Se quiserem, podem também me tratar como autêntico produto do *baby-boom* pós Segunda Guerra.

Vivi em Itabira apenas no meu primeiro ano, tendo minha família se mudado em 1949 para BH, onde cresci, fiz amigos, cursei faculdade e me casei, até que me mudei de lá em 1973 para não mais voltar. Depois disso residi em São Simão (Goiás), Uberlândia e Brasília, com três passagens pelo Rio de Janeiro, para cursos na Fundação Oswaldo Cruz. Passei também um período sabático entre Cascais e Lisboa, em Portugal. Assim se resume o meu curriculum vitae em matéria de cidades onde habitei.

Duas linhas sobre Itabira: na infância e na adolescência estive por lá algumas vezes, em férias inesquecíveis, sempre tentando me fazer parte do famoso poema de Drummond, aquele que fala em um “retrato na parede”. Logo vi, porém, que eu não era tão ferreamente triste ou orgulhoso, embora aquelas noites brancas e frias de minhas férias de julho combinassesem bem com meus hormônios nascentes e me trouxessem boas sensações, por exemplo, que havia garotas interessantes naquele corredor de footing que corre entre a Praça de Batistinha e o Clube Atlético Itabirano. Com uma tosca câmera “120”, presente de uma tia, documentei alguns daqueles casarões com a paisagem escavada do ex-Cauê ao fundo e orgulhosamente coloquei a fotografia em meu quarto, com a devida menção ao poema de CDA: “mas como dói”. Mas em verdade nem doía nada, era puro gênero...

Belzonte, esta sim, é a minha verdadeira aldeia. E eu a palmilhei por inteiro, do Prado à Lagoinha; do Calafate ao Carlos Prates; da Barroca ao Sion; da Nova Suíça a Serra, passando pela rua Guaicurus e pelo Mercado Central. Ali cresci, brinquei, descobri, sofri, namorei, festei, conheci, além de ter praticado outros verbos, nem todos publicáveis, com os quais se compõe a condição humana. Duas alegrias me traz hoje esta cidade: a de partir e a de ir embora. Mas o que ali vivi foi um genesis perfeito para ser quem eu sou, como todos os meus defeitos e talvez algumas qualidades. Nada mais, nada menos

A esta altura da vida, vivendo ou não mais não sei quanto tempo – não importa – algumas perguntas certamente se impõem: valeu a pena ter feito o que fiz? Morado onde morei? Fiz o que pude? Deixei amigos verdadeiros? As pessoas terão de mim mais as boas do que as más lembranças?

De certa forma, escrever coisas assim, como fiz recentemente de forma mais ampliada (mais de 400 páginas de memórias... ninguém merece) representa uma tentativa de me justificar perante um suposto tribunal. Ou sendo menos dramático: pode também ser um depoimento perante amigos.

Mas acima de tudo há outra pergunta mais forte do que todas as que estão acima, impertinente esta: alguém vai se lembrar de mim? Entretanto, pode ser que nunca se reúna tal plateia como aquela acima para me ouvir. Mas não custa dizer que em textos como este revelo que vivi e confesso algumas vitórias e alegrias, não deixando de incluir alguns pecados menores também, já que os grandes pecados certamente embarcarão comigo, secretamente, rumo ao incógnito.

De minha cidade natal, Itabira, não posso deixar de registrar algumas palavras. Na infância e na adolescência estive por lá algumas vezes, em férias inesquecíveis, sempre tentando me fazer parte do famoso poema de Drummond, aquele que fala em um “retrato na parede”. Logo vi, porém, que eu não era tão ferreamente triste ou orgulhoso, embora aquelas noites brancas e frias de minhas férias de julho combinassesem bem com meus hormônios nascentes e me trouxessem boas sensações, por exemplo, que havia garotas interessantes naquele corredor de footing que corre entre a Praça de Batistinha e o Clube Atlético Itabirano. Com uma tosca câmera “120”, presente de uma tia, documentei alguns daqueles casarões com a paisagem escavada do ex pico do Cauê ao fundo e orgulhosamente coloquei a fotografia em meu quarto, com a devida menção ao poema de CDA: “mas como dói”. Mas em verdade nem doía nada, era puro gênero...

Belzonte, esta sim, é a minha verdadeira aldeia. E eu a palmilhei por inteiro, do Prado à Lagoinha; do Calafate ao Carlos Prates; da Barroca ao Sion; da Nova Suíça a Serra, passando pela rua Guaicurus e pelo Mercado Central. Ali cresci, brinquei, descobri, sofri, namorei, festei, conheci, além de ter praticado outros verbos, nem todos publicáveis, com os quais se compõe a condição humana. Duas alegrias me traz hoje esta cidade: a de partir e a de ir embora. Mas o que ali vivi foi um gênese perfeito para ser quem eu sou, como todos os meus defeitos e talvez algumas qualidades. Nada mais, nada menos

Assim, fazendo um balanço de minha vida, vejo que posso valorizar alguns aspectos dela, vividos em minhas duas primeiras décadas e tendo como palco a cidade de Belo Horizonte. Não sei bem se isso responderia às perguntas que fiz acima, mas talvez ajudem a esclarecer respostas a outras questões que nem consegui formular ainda.

Além de ter vivido em pelo menos cinco cidades diferentes, o que sem dúvida me trouxe experiências essenciais não posso deixar de destacar alguns acontecimentos vividos ou presenciados por mim, que não foram

poucos, claro, afinal já acumulo neste momento nada menos do que setenta e seis anos de vida. São os seguintes que considero mais importantes: meu comparecimento à inauguração de Brasília em 1960; minha opção em sair de uma zona de conforto do Colégio Estadual e migrar para o Colégio Universitário da UFMG em 1966; o alcance de uma bolsa de estudos na Universidade Harvard, nos States, em 1970; minha opção, junto com minha mulher Eliane, de deixarmos outra zona de conforto, em BH, para ir para o Oeste, para o interior de Goiás, em 1974; ter aceitado os convites para ser Secretário Municipal de Saúde em Uberlândia, em 1983 e depois em 2003; ter feito a opção por morar em Brasília, em 1991, abandonando assim outra situação confortável, que era a vida em Uberlândia; minha participação, hoje meio esquecida, no Movimento Municipalista de Saúde nos anos 80.

Tudo isso e mais, é claro – e principalmente – da paternidade de cada um dos meus cinco filhos, Daniela (1974); Mauricio e Fernanda (1976); Flavinho (2003) e Sophia (2006) e dos netos que deles derivam, Francisco, Martim e Gonçalo.

Mas o que eu teria produzido, de fato, de importância, de alcance social ao longo de minha vida? Não se trata de modéstia, foram poucas coisas mesmo. Mas em três delas ninguém me tira o orgulho de ter participado, diretamente, com muita crença e afinco. Primeiro, o tal movimento municipalista, no qual ajudei a fundar duas entidades hoje da maior relevância na política de saúde no Brasil, os Conselhos de Secretários Municipais de Saúde de MG e Nacional (Conasems). Orgulho-me também de ter criado o estágio dos alunos de Medicina da UnB em Ceres, depois de três décadas de afastamento da Faculdade deste tipo de atividade, em parceria com uma pessoa certa para viabilizá-lo, meu amigo Vitor Machado, que tão cedo nos deixou. Por último ressalto a criação e a operação do blog Saúde no DF, cujo slogan é *A Saúde no Distrito Federal tem jeito!* no qual, em seis anos ininterruptos de funcionamento, já botei para circular mais de três centenas de matérias. Só não me perguntam pela real repercussão e influência disso na política de saúde desta cidade. Um dia, quem sabe...

Obrigado a todos que estão generosamente encarando a presente leitura mesmo que seja apenas a deste prólogo, o que já me honra muito.

- **Entre Prado, Carlos Prates, Lagoinha**

Anos 50. É provável que alguma coisa do que está sendo contada aqui não tenha acontecido nem no local, nem no tempo ou com as pessoas a que me refiro. Não importa. Vamos combinar: falo do que me lembro e como me lembro, tendo como ponto forte as coisas boas ocorridas. Permitam-me organizá-las e contá-las do meu jeito. Nada é mentira; ou pode ser que seja... O que não é mentira pode ser também invenção, como dizia Manoel de Barros.

Reconstituir a infância é tarefa doce, mas complexa, para a qual é preciso liberdade não só de narrativa como de criação. Aqui, assim, eu narro e crio. Para me redimir, apelo a vocês como minhas testemunhas, que não seja para atestar veracidade, mas para se alegrar e curtir comigo os tempos de infância. Recordo Camões “Do mal ficam as mágoas na lembrança, e do bem (se algum houve) as saudades”. Mas nessa minha história o bem predomina, se impõe, deixa saudades. É nisso que estou interessado.

É tempo, ainda, de lembrar que o que escrevo vai em memória dos personagens dos anos cinquenta que já se foram, mas me esperam em algum lugar: avós Terezinha, Ermelinda, Altivo, Dodora, Zezé e Marina; tios José Marcos, Duílio, Clarinha, Virgílio, Lauro, Waldir, Agnelo, Ricardo, Roberto, Aucélia, Edgard; primos Mateus, Marcos e Débora.

Acho que minhas primeiras lembranças na vida são do bairro do Prado, em Belo Horizonte, onde moramos, entre 1949, quando viemos de Itabira para a Capital, até 1953 ou 54. Foram várias casas habitadas pela família e a lembrança que tenho talvez inclua partes de uma delas misturada com partes de outras, formando uma espécie de quimera residencial. Antes disso morei em Itabira, não por “alguns anos”, mas apenas um, do qual, naturalmente não tenho a mínima lembrança. Só sei que ali minha primeira moradia foi a casa dos meus avôs, na Rua dos Padres, logo que nasci; depois, a Fazenda do Pontal – endereço histórico! – e em seguida a Chácara da Conceição, da Cia. Vale do Rio Doce, onde meu pai dava expediente.

Em 1949 a família veio para Belo Horizonte e então perdi para sempre meu estatuto de filho único, com o nascimento de Eugênio. Chegamos ao Prado pela rua Pedra Bonita, depois na rua Hipódromo (hoje Cura D’ars) e a seguir Turfa. Tenho poucas lembranças dessa época, pois vivi ali ainda na primeira infância, de um a cinco anos. Mas por exemplo, retive a imagem de aviões despejando panfletos de propaganda política – isso mesmo – naquele tempo a panfletagem era aérea. Desses panfletos tenho uma lembrança vaga: a presença do ícone da foice e do martelo. Não sei se eram contra ou a favor dos comunistas, mas só sei a que a marca estava lá. De toda forma, eram anos em que o antigo PCB já estava proscrito do cenário da política brasileira.

No Prado talvez meus pais tenham encontrado uma realidade urbana muito próxima de suas origens interioranas, em Itabira e Pains. Ruas quase desertas de carros, cobertas no intervalo dos paralelepípedos por uma grama rala. Muitos lotes vagos, casas modestas. O Prado era abrigo de uma classe média que já não cabia nos setores destinados aos “Funcionários”, mas afortunados o bastante para não precisarem morar no Mato da Lenha ou no Barreiro... Eu disse paralelepípedos, mas

talvez fossem “pé de moleque”; o fato é que ainda não havia asfalto naquele tempo. Nem assaltos.

No Prado morava também um importante personagem de minha infância: o Juca, de quem falarei mais adiante. Por ora basta dizer que ele era primo em segundo grau de meu pai e era farmacêutico, mas daquele tipo antigo, prático de farmácia que revalidou sua situação para se ajustar às normas do novo mundo regulado e urbano que nos anos 50 começava a se impor no Brasil. Juca era dono de uma farmacinha na rua então chamada Hipódromo, hoje Cura D’ars, bem em frente à grande igreja que lá está, construída lentamente justo naqueles anos que morávamos ali perto. Na verdade, ele era uma espécie de Dr. Jekyll e Mr. Hyde para eu e meus irmãos, temido, por um lado, pelas dolorosas injeções que nos aplicava; estimado, por outro, por nos trazer da farmácia as famosas “caixinhas”, embalagens de remédios, ampolas e outros artefatos, já vazias, com as quais fazíamos carros, casas, edifícios – devem ter sido os primeiros brinquedos que conhecemos de verdade, numa época em que o plástico era raro e caro – e o consumo da classe média bastante limitado.

No Prado, ainda, tive a minha primeira experiência como motorista, muito malsucedida, por sinal. Foi assim: morávamos na rua Turquesa esquina com Turfa e meu pai tinha um caminhão Chevrolet Gigante, com o qual ganhava a vida na ocasião. A rua Turquesa tinha uma pequena inclinação e por uma daquelas manias infantis (eu devia ter no máximo quatro ou cinco anos), devidamente assessorado por meu tio Willer, apenas um pouco mais velho do que eu, mexe daqui, mexe dali, quando nos demos conta o caminhãozinho tinha ganhado movimento, e descia a rua de ré. Por sorte, a direção virou, o veículo fez uma trajetória de meia lua e foi de encontro ao muro do vizinho, posto ao chão de imediato. Felizmente as maiores consequências foram essas, certamente corrigidas pela cobertura do prejuízo por meu pai. Eu, tão garoto, fui absolvido – mas não sei se meu tio também. Um dia ainda pergunto isso para ele.

Depois de morar no Prado, fomos para o Calafate, logo ao lado; depois no Carlos Prates, mais adiante e ainda depois, para horror de minha mãe, na Lagoinha, que ela ainda hoje prefere chamar de São Cristóvão, na verdade um nome que não pegou, por ser apenas uma artimanha para afugentar o fantasma que assombrava a nossa família de classe média aspirante de tempos (e recantos) mais risonhos. A Lagoinha era o fim da picada, então, lugar de boêmios, de prostituição, de comércio de segunda categoria, de oficinas mecânicas. Era preciso fazer exorcismos para espantar o mal que o nome “Lagoinha” trazia. Isso, entretanto, acabou muitos anos depois, quando ninguém mais usava o nome do santo para, em troca, dizer com orgulho algo como: “eu nasci, cresci e vivi na Lagoinha”. Que este bairro já deu até livro!

Uma palavra sobre o Carlos Prates, bairro mais tradicional do que a embalagem de Maizena. Tivemos ali pelo menos dois endereços, rua Manga e rua Sabinópolis, fora a casa da rua Três Pontas em que meus avós paternos moraram por alguns anos e onde eu e meus irmãos éramos, naturalmente, muito bem recebidos. O Carlos Prates, naquela época, já era um bairro densamente povoado. Sua origem fora como colônia agrícola, com foco certamente nas terras baixas e úmidas da grande baixada que hoje é a avenida Pedro II. Mas guardava algumas relíquias de sua condição de periferia no passado, por exemplo, o Cemitério do Bonfim, do outro lado da baixada, mas dominando a paisagem ao Norte, além da clínica da família Bizotto, destinada ao tratamento da tuberculose. Não esquecer que a Belo Horizonte do início do século era a meca da cura da tal moléstia, pelos seus famosos “ares”. Noel Rosa e muitos outros que o digam. Que falta faziam a hidrazida e a estreptomicina.

O Cemitério do Bonfim, longe de assustar, nos divertia, pois nas noites da Três Pontas sua visão, como mancha escura, fatalmente puxava, por parte dos adultos, as famosas histórias de assombração, que se por um lado metiam medo, por outro eram esperadas com alegre ansiedade. Era possível ver de longe também, se é que não fui enganado ou sugestionado pelos adultos, as emanações do “fogo fátuo”, que era traduzido cientificamente para nós como “o pum dos defuntos”.

Já a clínica de tuberculose assustava mais, evitávamos mesmo de passar por suas calçadas nos passeios com as tias, por medo de contágio. Além do mais, o folclore que nos transmitiam era terrível, uma doença que fazia as pessoas perderem partes do corpo e sentir calor em vez de frio e frio em vez de calor, numa evidente confusão semiológica, além de estigmatizante, com a lepra - ambas as condições sendo terríveis flagelos à época.

Voltando à Lagoinha, ali tivemos dois endereços: Avenida Antônio Carlos – artéria principal do bairro – e rua Juazeiro. A Antônio Carlos, hoje, se for comparada a um vaso sanguíneo virou aorta, ou, quem sabe, um enorme aneurisma sacular, levando carros, caminhões e enormes ônibus articulados – os BRT – desde o centro da cidade até os confins da Pampulha e Venda Nova, e mesmo além. Nossa antigo endereço hoje é um ponto abstrato ou extinto, inteiramente ocupado pelo concreto da pista ou por algum dos muitos viadutos que sobrepassam o aneurisma. Para horror de minha mãe, certamente revoltada com a perda de status que a Lagoinha democraticamente conferia a todos os que nela habitavam, fomos morar em uma casa construída sobre um barranco, com uma longa escada de acesso e vizinhos realmente classe baixa, embora fossem excelentes pessoas, solidárias e atenciosas, pelo que me lembro, particularmente Dona

Mercedes, que tinha um batalhão de filhos e aderentes em sua casa, no mesmo barranco que a nossa.

Da escadaria da dita casa no barranco desceu, certa vez, um pneu desgovernado. Mas antes tenho que explicar que o barracão dos fundos servia de almoxarifado auxiliar da empresa de ônibus da família de meu pai, cuja garagem ficava no mesmo quarteirão. O tal pneu estava sendo removido para assumir seu posto quando escapou das mãos do auxiliar de mecânico que o levava e desceu aquela escadaria desabaladamente. O problema é que meu irmão Eugênio, que na época não passava dos seis anos de idade, começava a subir a tal escada. E foi atropelado! Ficou ali, entre dois ou três degraus, desmaiado, com um fio de sangue saindo das narinas, uma cena patética. Para mim, ele tinha morrido. Mas não foi o caso: foi logo socorrido e levado para cima, onde foi estirado na mesa da sala. Alguém pediu água para jogar-lhe no rosto e assim, supostamente, “acordar” o desacordado. Minha mãe, na afobação natural de mãe que vê seu filho em tal apuro, passou a mão na primeira vasilha que lhe estava ao alcance. Era uma chaleira realmente cheia d’água, mas quase fervente, deixada assim para completar o preparo do arroz que já estava no fogão. Uma daquelas coisas das quais depois se ri, mas na hora é puro horror. Mas o fato é que o desacordado acordou e no final deu tudo certo, até porque o verdadeiro predestinado a acidentes na família não era bem ele, mas sim o irmão seguinte, João Mauricio, de quem se falará mais tarde e em momento adequado.

Em frente ao barranco, do outro lado da avenida Antônio Carlos, morava Dona Francelina Pires. Era uma casa imensa, um sobrado que algum dia deve ter abrigado algum tipo de comércio, pois tinha várias portas largas no nível da rua. Dona Francelina tinha alguma ligação com minha família, em Itabira, não sei bem qual. De toda forma, naquele purgatório de gente pobre ela era uma espécie de refúgio, alguns degraus acima da rua e do patamar das classes sociais. Ela era artista plástica, ou artesã especializada em esculturas e máscaras mortuárias. Tinha amigos ilustres, entre eles JK, que um dia a visitou, criando um engarrafamento inédito naquela Antônio Carlos tão pacata. Meu pai foi convidado a estar com ele, mas às crianças não foi oferecido tal privilégio. Mas não posso me queixar: anos mais tarde foi a minha vez de estar com Juscelino, pessoalmente – mas isso é história que fica para depois.

Dona Francelina, parece, havia “ganhado” uma indiazinha vinda de Goiás, como presente de seus amigos influentes, para lhe servir como doméstica ou dama de companhia. Coisas daquele tempo, em que a libertação dos escravos tinha pouco mais de meio século de vigência. Da indiazinha me lembro do modo engraçado com que falava a língua dos brancos, não pronunciando devidamente o “ão”, como em “pom” e

“macarrom”, por exemplo. Parece que gostava de comer “pom” com estrato de tomate (que em Belzonte, como se sabe, é tratado como “mas’tomate”). É tudo que me lembro dela, mas bem que gostaria de saber mais: teria voltado para Goiás? Ficou na civilização branca? Prosseguiu na carreira de neo-escrava? Quem o sabe... Dona Francelina tinha uma neta, Sandra, que mais tarde foi minha colega na Faculdade de Medicina da UFMG, com quem eu devo ter trocado uma ou duas palavras durante os anos que passamos quase lado a lado, na idade adulta. Na infância, brincamos bastante. O mundo é realmente pequeno, mas ganha foros de galáxia quando nele se instala da incomunicabilidade humana. Como demonstrou Antonioni, o cineasta.

Foi no cômodo comercial no andar de baixo da casa de Dona Francelina, onde funcionava um escritório da empresa de meu pai, que tomei conhecimento da morte de Getúlio, naquele fatídico agosto de 1954. Até então, o que eu sabia do presidente era uma brincadeira escolar que dizia: você se lembra daquele embrulho? Aos incautos que queriam saber a natureza de tal pacote era respondido: das cuecas do Getúlio. Mas naquele dia 24 não se estava para brincadeiras. Lembro-me, especialmente, de um homem negro, corpulento, que caminhava pela Antônio Carlos a fora, chorando e dando a todo mundo a infesta notícias: morreu nosso pai! Mas para mim foi uma morte sem velório e sem mais choro, a única imagem que guardei foi daquele homem em prantos pela rua. Em tempos sem televisão a memória da gente acaba sendo menos ativada. Ainda naquele tempo, às vezes, escutava no Repórter Esso, ouvido religiosamente em minha casa, o locutor falar de um tal de “Café Filho” e achava muito engraçado alguém ter este nome e também a revelação de que o café tinha um filho.

Naquela época, meu irmão Eugênio começou a revelar certa tendência que levou meu avô materno, Altivo, a proferir o vaticínio de que o neto iria ser médico. Isto porque era ele um emérito estripador de passarinhos, que ele caçava ou de alguma forma conseguia capturar. Gostava de dizer que tinha curiosidade em saber o que eles tinham por debaixo das penas. Suas inclinações anatômicas e mórbidas iam um pouco além: quando havia acidentes na Antônio Carlos (menos frequentes, certamente, do que hoje, mas ainda assim presentes) ele corria para ver a extensão dos danos e nos fornecia relatos pormenorizados, provavelmente exagerados do que vira no asfalto. Coisas como sangue, membros decepados, miolos e ossos expostos – para meu horror, que desmaiava algumas vezes diante de cenas mais impressionantes, mesmo uma simples narina a sangrar. Curioso é que acabamos virando médicos, eu e Eugênio.

Ainda na Lagoinha, na garagem dos ônibus da Viação Iapam, (sigla que englobava os diversos itinerários percorridos: IAPI, Aeroporto, Pampulha...), propriedade de meu pai, tios e avô Zezé, trabalhavam

diversos mecânicos e auxiliares, abrigando também o movimento dos motoristas e cobradores. Naquele tempo, em que as roletas ainda não existiam, os cobradores faziam seus acertos diários de contas mediante a contagem das fichas de plástico entregues aos passageiros no ato do pagamento da passagem e apuradas em um “cofre” de recolhimento ao lado do banco de motorista. Era uma turma meio barra pesada, principalmente para os padrões de um garoto de família certinha de classe média como eu. Mas a verdade é que eu me divertia com essa gente, que me trazia uma amostra daquele mundo em que vivia, tão diferente e mais interessante do que o meu. Alguns deles provavelmente residiam na Favela Prado Lopes, logo ali ao lado da Antônio Carlos. Do primeiro palavrão a gente nunca se esquece e foi com eles que aprendi (e registrei em papel) uma rajada de impropérios, pelo que fui devidamente castigado por minha mãe.

Um desses trabalhadores, creio que mecânico, mais velho que os demais companheiros de trabalho, muito engraçado na fala, falava certa vez de um animal que conhecera no Zoológico de BH, ao qual ele denominava “cocota”. Um bicho muito grande, quase um elefante, só que mais baixo, de pele lisa e brilhante e olhos esbugalhados “assim”. Fiquei curioso com um animal tão impressionante e gostaria de conhecê-lo também. Um dos meus tios me esclareceu: o nome verdadeiro do bicho era hipopótamo, que o nosso mecânico entendera como “cocota” – ou talvez dissesse isso para fazer graça mesmo.

O fato é que só quem conviveu de perto com uma garagem é que sabe as maravilhas que se escondem ali. Primeiro porque podíamos brincar ao vivo dentro dos ônibus, porque havia sempre veículos encostados, de tipos e marcas diferentes, nos quais encontrávamos diversões a que nossos amigos não tinham acesso, inclusive de uma proverbial “brincar de dirigir”. Tinha também os trabalhadores com seus casos e vidas diferentes da nossa. O monturo de peças usadas e descartadas era outra diversão, ali encontrávamos os cobiçados rolimãs, para montar aqueles carrinhos que fizeram história em uma era de brinquedos não industrializados. Aliás, lembro-me até mesmo de utilizar na confecção de um desses bólidos, rolimãs novinhos, ainda em suas caixas originais, da marca SKF – não sei como vinham parar em nossas mãos. Meu irmão João era um experiente garimpeiro nesses montes de preciosidades, dali retirando objetos diversos, que na criatividade infantil própria de nossa época se transformavam em uma variedade de brinquedos.

Até armas havia no tal monturo... Lembro-me de um dia que um dos mecânicos, para me chatear, me ameaçava de cortar aquela parte do corpo que é tão cara aos machos em geral. Era uma brincadeira sem graça, mas repetida, até que um dia achei no chão um objeto circular, provavelmente um disco de embreagem, e o atirei no engraçadinho, à

moda de um discóbolo olímpico. A pontaria foi boa e lembro que provoquei um belo risco no pescoço do sujeito, vejam só. Acho que ele foi reclamar com meu pai, mas não obteve nenhum sucesso em conseguir uma punição para mim – pelo menos dessa vez.

A avenida Antônio Carlos ainda tinha em sua volta muitas áreas baldias. Em um terreirão, resultado de um corte irregular num barranco mais adiante, no local onde hoje se ergue o Hospital Belo Horizonte, antes chamado Santa Mônica, havia um campo de futebol. Sem grama, com traves meio tortas, sem demarcações. As arquibancadas eram formadas pelo próprio barranco, deixado de propósito como um plano inclinado pelos tratores que um dia fizeram a terraplanagem, quem sabe para outra finalidade. Mas ali se disputavam renhidas partidas nos domingos – o futebol de várzea, tão tradicional em BH, nos seus dias de glória. E para ali íamos, geralmente em companhia de um de nossos tios mais jovens para assistir as pelejas. O estoque de palavrões nos ia aumentando a cada dia, mas agora certamente mais contidos já não os registrávamos explicitamente, evitando a repressão familiar. Em um desses jogos, Eugênio, ainda em má fase de sorte, com certeza, recebeu uma bolada na cara que o fez desmaiar – de novo. Mas na verdade não me lembro bem do que veio primeiro, se o pneu ou aquela bola mal chutada. Por via das dúvidas fomos proibidos de frequentar aquela arena tão perigosa.

A favela da Pedreira Prado Lopes ficava a poucos metros de onde morávamos. Poucos metros mesmo, literalmente. O muro de trás de nossa casa já era limite da favela. Mas lá nunca fomos, terreno absolutamente proibido e perigoso que era. A Pedreira, eu soube depois, era um sítio remanescente do período de construção da cidade, meio século antes. Depois foi abandonada, não sei se por ter se inviabilizado a extração da matéria prima ou porque a pressão populacional dos recém-chegados pobres e desempregados, vindos dos quatro cantos das Minas Gerais, começara a aumentar radicalmente. E a favela se fez, crescendo como uma infecção pelos paredões de pedra, ao ponto de praticamente escondê-los. De fato, devia ser perigosa a Prado Lopes, com seus botequins, suas mesas de sinuca, suas rodinhas de jogo de palitos. Lá a polícia talvez nem entrasse, porque a marginalidade era totalmente circunscrita a seus limites pedregosos. Mas o certo é que nada, mas nada mesmo, se compararia ao que ela deve ser hoje, com o tráfico, a polícia corrupta, as gangs. Ali talvez se aplicasse o dito do sambista: ali se abraça o inimigo – coisas passadas, de um tempo em que Ubaldo era o goleiro do Atlético Mineiro e o Vila Nova campeão estadual...

Próximo pouso, rua Juazeiro, 153, ainda na velha Lagoinha. Essa uma despencava a pique dos altos que dividiam o nosso território da Concórdia e da Renascença e jogava suas enxurradas na artéria da

Antônio Carlos. A casa agora era melhorzinha, um sobrado na verdade, no qual moravam duas famílias; nós no segundo andar. Esta moradia, ao contrário daquela outra da “artéria”, está lá até hoje. Já levei meus filhos pequenos para conhecê-la externamente e eles não deixaram por menos: puxa, mas você já foi pobre, hein papai? Morávamos no segundo andar, mas havia uma escada nos fundos, que nos dava acesso a um pequeno quintal. Acho que ali só o capim crescia, nós pouco o frequentávamos. O que me parece ter sido a lavoura mais produtiva ali foi uma planta em rama, formando bela touceira dentro de uma bacia, que ficou abandonada por várias semanas em um canto, durante uma fase que minha mãe ficou doente e fomos morar na casa de minha avó. Ao voltar, descobrimos aquela moita de folhas largas e avermelhadas, como um vaso ornamental. Era batata doce e descobrimos que a semeadura tinha sido obra de nossa babá, Maria da Consolação, talvez nostálgica de suas origens rurais, em Santa Maria de Itabira.

Na rua Juazeiro, mais familiar do que a avenida mais abaixo, descobrimos o que é ter amigos, pois havia crianças de nossa idade por todo lado. Lembro-me especialmente de dois: Wander, que apanhava da mãe como um desesperado, sem gritar e Lívia, uma baianinha faceira que morava no andar de baixo. Na Lagoinha, iniciei minha vida escolar, mais precisamente em um finado Instituto Rex de Educação, que ocupava humildemente um ou dois apartamentos térreos do famoso “Conjunto do IAPI”, sobre o qual pretendo divagar um pouco, mais adiante. Dona Maria Alves Ribeiro foi minha primeira professora. Ela não era propriamente um daqueles anjos de beleza que costumam marcar as crianças recém ingressadas na escola. Mas, ao que me lembro, era simpática, sorridente e muito carinhosa com seus pequenos discípulos. Mas, malgrado meu, Dona Maria Primeira, a Queridíssima, teve um problema de saúde e teve que se afastar, deixando em seu lugar uma coitada que logo recebeu, gratuitamente, meu desprezo. Afinal, a entrada na escola é um rito de passagem dos mais significativos na vida de uma pessoa, como o casamento e a entrada no mercado de trabalho, talvez, e qualquer perturbação pode ser fatal. Foi o meu caso. Fiquei completamente desinteressado em aprender alguma coisa, além de revoltado, e dei para fugir da escola e circular a esmo pelas vias do IAPI.

Fui então levado a algum psicólogo, terapeuta ou orientador? Claro que não! Estábamos nos anos 50 e no inconsciente coletivo talvez reinasse a impressão de que tudo, mas tudo mesmo, era melhor do que um campo de concentração ou uma guerra. De maneira que tive que voltar ao Rex e, a duras penas, ser alfabetizado, além de domesticado. A nova professora atendia por Dona Diva, moça nova e muito empeticada. Dela me lembro de apenas detalhes: que nos ensinou gloriosamente a fórmula da pasta de dente (que na época se chamava dentífricio...) e do terrorismo que fazia a respeito dos segredos de Fátima e da guerra civil

que se ameaçava na vizinha Argentina (um golpe militar contra Peron), que poderia também chegar ao Brasil. Cruzes! Dona Maria Alves Ribeiro fez falta, realmente.

Ah, o popular Conjunto do IAPI. Era um projeto habitacional, verticalizado, destinado aos trabalhadores segurados do antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Vi certa vez em Porto Alegre um conjunto habitacional também conhecido como IAPI – igualzinho ao sobredito belorizontino. Certamente uma tendência da era do Estado Novo, com uma arquitetura que, pelo jeito, tinha inspiração fascista. Naquele tempo a classe média melhor situada não fazia diferença entre “favela” e “IAPI”, resultado de uma atitude de bastante má vontade e preconceito. Piadinha da época: se peito de mulher buzinasse ninguém conseguiria dormir no conjunto do IAPI, afirmativa também eivada de preconceito contra as pobres moças operárias da indústria que ali residiam. O IAPI não deixava de ser um projeto original e até mesmo revolucionário. Os prédios eram rigorosamente iguais na altura e nas fachadas, embora tivessem apartamentos de diferentes dimensões, proporcionais ao tamanho das famílias. Não havia elevadores, mas os prédios eram unidos por passarelas entre eles, em diferentes andares, algumas delas dando direto para a rua, aproveitando o forte desnível do terreno no entorno. Isso possibilitava que alguém poderia entrar diretamente no quarto ou no quinto andar, sem subir escadas, e se locomover pelo alto até chegar a seu bloco e aí, então, como um movimento de pernas bem menor, chegar até seu apartamento. O IAPI, para quem o conhece hoje, já não é mais a selva de concreto detonada e sem paisagismo dos anos 50; foi todo reformado, os prédios mostram fachadas pintadas em cores diferentes e equilibradas, as esquadrias foram trocadas por alumínio e a classe média que ali habita provavelmente não trocaria por nada o conforto de morar perto do centro da cidade e a facilidade de acesso produzida pelos BRT da Antônio Carlos. Quem conhece a área sabe do que estou falando.

Na mesma época minha formação católica se impôs e eu me tornei coroinha na Igreja de São Cristóvão, ainda em construção dentro da área do IAPI. O pároco era o Padre Carlos Vaz de Mello, de tradicional família não só da própria Lagoinha como de Belo Horizonte. Vaz de Mello era durão e meio grosseiro também. Fuzilava com os olhos e depois com doloridos “coques” os pobres coadjuvantes que não respondiam adequadamente àqueles *sursum corda e dominus vobiscum*. Porque era em latim que a missa era rezada – e ajudada! Certa vez, em uma sessão de cinema promovida pela Paróquia, o terrível Padre sentou-se do meu lado no escuro e começou a perguntar coisas que eu não entendia bem, como se me cobrasse confissão. Por sorte a fita cortou-se ou o filme acabou e eu penso que acabei escapando de algum tipo de assédio, embora não possa afirmar que tenha sido daquele que

se denuncia com frequência hoje, em toda parte, envolvendo representantes da Santa Madre.

O IAPI continha em si o mundo da espiritualidade, com a igreja de São Cristóvão e o da carnalidade, para levar a sério aquela história do buzinaço noturno. Mas do lado de lá da via principal, a emblemática Antônio Carlos, morava a cultura. Ou o que mais nos aproximava dela, o Cine São Cristóvão. Era enorme o cinema, parte da maior rede de cinemas da cidade, propriedade de um notório Antônio Luciano, que talvez possa ser redimido de seus pecados financeiros e carnais por ter oferecido à cidade, em doses maciças, por sinal, a magia do cinematógrafo. E fazer parte da maior rede de cines da capital dava ao São Cristóvão o status de sempre trazer bons filmes. Notas de redação: uma, cinema, naquela época não ficava nos shoppings; duas, muita igreja universal que se vê por aí já foi cinema, inclusive aquela que fica (ou ficava?) defronte ao Conjunto do IAPI, que já teve outro padroeiro – o meu querido São Cristóvão. Naquele ambiente distante do conforto acondicionado e aveludado dos cinemas de hoje, naquelas cadeiras toscas de madeira curva, eu vi filmes que me marcaram. Desde Fantasia de Disney até os incontáveis seriados de bang-bang e ação (com muitíssimo menos sangue e ação em relação aos filmes de hoje). E a propósito, em um natal dos anos 50, ganhamos de presente, eu e meus irmãos homens, um verdadeiro kit faroeste, constituído de revolver, coldre, cinturão, estrela de xerife e outros apetrechos, o que nos credenciou a frequentar as matinês de domingo no cinema assim pilchados, como dizem os gaúchos. E a saída das tais sessões dominicais se dava como um tropel desatinado ou o estouro de uma boiada, de uma tropa de hunos, com caubóis e peles vermelhas encarnados na molecada, aos gritos, silvados de balas e palavras em inglês recém aprendidas, embora de significado ignorado. *Camonibói* era uma delas...

Ainda nos tempos da Juazeiro uma cena memorável. Certo dia eu e meus irmãos homens capturamos um cigarro Luiz XV de meu pai, sem que ele visse. Feito isso, esperamos que os adultos saíssem ou se concentrassem em suas atividades normais e fomos desfrutar da maravilha no saguão, no andar de baixo do sobrado, onde haveria mais privacidade. O que não esperávamos é que nossa irmã Myriam, então caçula, e das mais típicas, insistisse em nos acompanhar. Como fazia parte de nossas tarefas tomar conta dela, principalmente por causa das escadas, logo percebemos que era impossível nos livrarmos da criatura. A solução foi pedir-lhe sigilo a respeito do que iria presenciar – ou já estava presenciando. Certo assim, Myrinha? Certo... O compromisso durou até que minha mãe veio dar uma olhada, como de hábito, naquele conciliáculo silencioso e suspeitoso. Dona Favita nem teve tempo de sentir o cheiro da fumaça do Luiz XV, já devidamente sovertido. A caçulinha pronta□mente avisou: *eles fumou*. Palmadas e

outros castigos sobrevieram, com a caçula promovida, agora, de vigiada a vigia.

No novo universo da Juazeiro meu raio de ação ampliou. É que eu já havia feito oito ou nove anos e ganhara permissão para sair sozinho, para comprar pão, por exemplo, mas também para dar uma circulada por conta própria. De alguma forma meus roteiros passavam sempre pela rua Manoel Macedo, que fazia esquina com a Juazeiro logo abaixo de onde morávamos. Esta já era uma rua, digamos, bem formada, com poucos lotes vagos e casarões até apresentáveis. Em uma esquina mais adiante, em direção à rua Formiga, havia o Restaurante Lanterna Azul, que me impressionava muito, com suas mesas que me pareciam muito elegantes, cobertas por toalhas azuis, com imitações de lampiões pelas paredes e cortinas nas janelas com evidente propósito de dar privacidade a seus frequentadores. Muito romance clandestino deve ter rolado ali. Era certamente um recanto da velha Lagoinha boêmia, mas talvez um pouco mais refinado do que o restante dos estabelecimentos da área. Falar nisso, não é a toa que aquele copo comum, com frisos verticais, é chamado de “copo Lagoinha” em BH – e nele se bebe tanto cerveja como cachaça e até mesmo café, pelo menos naquelas paragens. O Lanterna Azul me impressionava, também, por me lembrar o ambiente de um livro, talvez uma adaptação, que eu lera recentemente, o Moby Dick. Aquilo ali me parecia uma daquelas tavernas onde se reuniam marinheiros, com o Capitão Ahab pontificando numa mesa ao fundo, arregimentando a tripulação para a caça à terrível baleia branca. Anos mais tarde fui aos Estados Unidos e visitei a região da cidade personagem do romance de Melville, Nantucket. Em New Bedford, que fica nas proximidades e é também uma cidade portuária e baleeira, realmente pude ver alguns estabelecimentos realmente parecidos com aquele que me marcou a infância.

Se o tal passeio avulso me levava um pouco mais longe eu chegava até o Mercado Popular da Lagoinha, situado do outro lado da Antônio Carlos, em direção ao Centro, mas ainda dentro do território que me era permitido circunvagar. Às vezes também ia pela obrigação de fazer compras para o almoço da família. Confesso que nunca vi um lugar tão sujo e desmazelado como aquele, ganhando, em tal quesito, até mesmo do velho Mercado Central, sempre lembrado com romantismo (inclusive por mim), mas que não era nenhum paradigma de asseio e organização à época. Havia ali um tipo de verdura da qual nunca mais ouvi falar e nem tampouco esqueci: *maria-gomes*. Será que ainda existe; alguém conhece? Voltei ao tal Mercado Popular faz poucos anos, guiado por meu filho Mauricio, especialista em Lagoinha e em Patrimônio Histórico e mal o reconheci. Aliás, com a recuperação da fachada e do pátio interno descobri nele um belo exemplar arquitetônico, não sei de que tendência ou modismo. O google, sempre ele, me informa que o Mercado Popular foi inaugurado em 1949, que é verdadeira referência na história

da economia e da cultura local, tendo adquirido, nos anos 2000, nova vocação. Ali funcionam hoje uma padaria escola e uma cozinha pedagógica, iniciativas voltadas para a qualificação e a formação de mão-de-obra.

Um pouco mais tarde meus domínios se expandiram mais ainda. É que foi exonerado o Instituto Rex e eu passei a estudar no Grupo Escolar Silviano Brandão, na rua Itapecerica, uma via paralela à Antônio Carlos, alguns quarteirões adiante do Mercado Popular, que até então era meu limite de andança solo. Era 1957 e o mundo começava a mudar, com Elvis Presley, Nikita Kruschev, JK, Buddy Holly, Jacques Brel, Fernando Sabino e outros. Em Liverpool novos acordes de guitarras a *fender* os ares. Na verdade, eu pouco ou nada sabia disso, mas a mudança que eu vivia já era o bastante. No início meu pai me levava, junto com Eugênio, à aula no Silviano Brandão a bordo de seu valente Chevrolet Fleetmaster. Mas tal mordomia logo acabou e a partir de então íamos os dois, eu na condição de guia, por ser mais velho. De quebra levava às vezes João Maurício a seu Jardim de Infância, na Antônio Carlos, que funcionava em um sobrado de esquina, próximo ao SENAC, local mais tarde transformado em hotel fuleiro, suspeitíssimo.

Nesta ocasião nasceu Cláudia, minha irmã mais nova e minha mãe teve complicações graves decorrentes de sua primeira e única cesariana. Por alguns meses o endereço da rua Juazeiro foi abandonado e passamos a viver, eu e meus irmãos, na casa de meus avós maternos, na Serra. Minhas funções de guia escolar não só se mantiveram como se ampliaram, em termos geográficos. Agora eu juntava a citada tropa e os levava e trazia diariamente no trajeto Lagoinha – Serra. Nada menos do que três conduções se faziam necessárias: ônibus até o Centro, descida na Feira de Amostras (onde fica a atual rodoviária de BH); novo ônibus, o Avenida, até a altura da Prefeitura Municipal, na Afonso Pena e daí o ônibus Serra, que nos deixava na altura do número 750 da rua do Ouro. Às vezes o trajeto do Avenida era trocado pelo bonde, aventura completa! Deu tudo certo, não tanto pelos meus méritos de guia, mas pela tranquilidade e pela bonomia da Belzonte daqueles tempos. Que nunca mais voltaram.

Mas a rua Itapecerica merece mais. Ela era o centro de uma Lagoinha mais profunda e tradicional, diferente daquela periférica e “industriária” da Juazeiro e adjacências. Bonita não era, com seus muitos prédios desajeitados e as portas enferrujadas de um comércio meio marginal, de móveis usados, roupas baratas, ferro velhos, peças de automóveis. Segundo soube depois, alguns prostíbulos também. Um casarão me marcou na ocasião e me pergunto se estaria de pé até hoje. Quem sabe? Ele tinha sobre seu frontão uma escultura representando uma loba e duas crianças, referência clara a Roma e à Itália. Aliás, esta era uma característica daquela rua e seus arredores, ser local de residência de

família italianas, judias e talvez de outras nacionalidades e etnias. Os italianos nos seus ofícios de artesãos, com suas oficinas anexas às próprias residências. Meus colegas Scarpelli e Vanucci, no Silviano Brandão, tinham tal extração, com certeza. Os judeus, soube depois, dominavam os brechós e comércio de móveis usados da Itapecerica, principalmente em seus quarteirões iniciais. Uma dessas portas de comércio me deixava curioso, uma oficina ou marcenaria cujo proprietário colocara seu próprio nome como designativo do estabelecimento: “C. Aníbal Branco”, que eu para sempre entendi como *canibal branco*.

A rua Itapecerica tinha outro atrativo: era o caminho do bonde, de longo itinerário, pois perpassava toda a Lagoinha e ia se perder nos longes dos bairros Bonfim e Santo André, talvez mais além. Assim como os times do Vila Nova de Nova Lima, do Siderúrgica de Sabará e do Valério de Itabira, os bondes acabaram, não passam mais. Muitas vezes fui para a escola neles, pagando uma mixaria de tostões, apreciando de verdade aquele transporte barato e divertido, depois substituído pelos fumacentos ônibus movidos a diesel. A Iapam fazia o mesmo trajeto deles e certamente levava a melhor, pois apesar de serem baratos eram inconstantes e provavelmente muito mal administrados. Figura notável no bonde era o cobrador (que em BH era chamado de trocador), sempre se equilibrando nos estribos laterais, eternos pingentes, espertos como ninguém diante da proximidade de um poste. O cobrador tinha uma função adicional: recolocar a alça de contato elétrico no fio, quando ela escapava – acontecimento frequente, diga-se de passagem. Passageiros também eram transportados nos estribos; para quem não conheceu tais geringonças vai a informação: boa parte dos bondes eram abertos nas laterais e os estribos eram considerados lugares apropriados de se viajar. Quem já esteve em Santa Tereza, no Rio, sabe do que estou falando. Diversão meio besta, mas sempre apreciada pela molecada, era colocar filas de pedrinhas na canaleta dos trilhos evê-las transformadas em pó com a passagem do bólido elétrico.

A década de 50 chegou ao final e com isso fomos embora da Lagoinha. Para felicidade de minha mãe, o novo bairro agora tinha mais “classe”. Mas isso, é claro, dependia do ponto de vista... E assim fomos morar no Prado, de novo, mais exatamente na rua Chapecó, no quarteirão entre Cuiabá e Turquesa, agora em apartamento próprio, térreo e com um enorme (para a visão infantil das dimensões) quintal cimentado. Mas não devo ainda falar dessa nova etapa no Prado sem deixar a memória flutuar pela geografia que se impregnou em mim. E entre a Lagoinha e o Prado (meio de ladinho, é verdade) havia a Floresta, lugar em que, na verdade, também tenho algumas raízes. Minha mãe morou no bairro, quando adolescente, na década de 30 e narrou suas peripécias de então, de modo muito bacaninha, aliás, no seu “Conversando com a Saudade”. Meu avô Altivo veio de Itabira para tratar de “um problema

do pulmão” (os arquivos familiares se calam quanto a detalhes) e a enorme família de quase uma dezena de filhos ficou morando em uma casa da rua Silva Jardim, ao lado da Igreja, casa construída pelo meu bisavô, Carlos de Paula Andrade, pai daquele outro Carlos. Minha mãe estudou na escola que fica atrás desta rua, de frente para uma pracinha, junto à Av. Assis Chateaubriand, melhor dizendo Tocantins, prefiro não me acostumar com estes nomes novos de ruas em BH. Anos depois, voltou para Itabira, namorou, casou e me teve, o que me faz sentir um pouco da Floresta também.

Mas como se sabe, tudo tem a ver com tudo e assunto puxa assunto, me lembro de uma piadinha politicamente incorreta dos anos 50, contada na TV Itacolomi por um cidadão chamado Rômulo Paes, uma personalidade da BH daqueles tempos, uma espécie local de Stanislaw Ponte Preta e autor de frase famosa: “a vida é boa, a vida é esta: descer Bahia, subir Floresta”, numa alusão ao contraditório da juventude belzontina, sempre em trânsito entre o que era *society* (a rua da Bahia) e o que era *bas fond* (as ruas vizinhas da Floresta). Sem mais prolixidade vamos à tal estorinha: certo candidato a vereador pelo simpático bairro pichava nos muros o slogan: “*nasceu na Floresta, viveu na Floresta, fará tudo pela Floresta...*”. Até que um gaiato adversário começou a completar “...*pode matar que é bicho*”. Ecologicamente incorreta, não? E politicamente incorretíssima, sem dúvida. Mas isto são apenas histórias de uma BH que já acabou.

Saudosismo a parte, porque nasceu outra BH muito interessante também, talvez até mais sedutora, em alguns aspectos – na moda e no futebol por exemplo. Violência urbana não entra na equação, pois passou a existir em toda parte deste país. Belo Horizonte é cidade personagem em minha vida, sem dúvida. Lagoinha, Carlos Prates, Floresta, Prado formam partes de um caleidoscópio que ainda me ativa as emoções. Hoje percebo, um pouco assustado, que vivi na cidade pouco menos do que a terça parte de minha vida, o resto fora dali, em Uberlândia, Rio de Janeiro e, principalmente, Brasília. Mas há muitas lembranças vivas, registradas nessa minha crônica dos anos 90.

Mas voltando ao bairro do Prado, nesta nova etapa vivi grandes acontecimentos, antecedidos por verdadeiro rito de passagem. Em uma das minhas primeiras incursões pelo quarteirão, na rua Chapecó, me vi rodeado pela garotada local, que era numerosa, boa parte regulando comigo na idade. Não deu outra, me olharam de banda, foram retribuídos com a mesma mirada e aí, nem sei como começou, a pancadaria comeu solta. A mim foi dado encarar o líder, de nome Paulo Ernesto, um garoto boa pinta, de olhos verdes e cabelos pretos como as asas da graúna. O cara era mais escolado do que eu (que, aliás, nunca tinha brigado na rua...) e aí, devo confessar, apanhei feio... Bons tempos que isso não era chamado de bullying, mas considerado apenas

como um ritual necessário para ser aceito e compartilhar o status de membro do grupo ao qual se chegava. E foi assim: Paulo Ernesto se transformou, dias depois, em um dos meus melhores amigos e, na sequência, todos os demais membros do bando, os Barroca Marinho, os Alves do Valle, os Dilly, os Froes, os Tonucci e mais uns outros de cujo sobrenome não me lembro, como o Zé Reinaldo e o Curuca.

Do primeiro (e definitivo) Clube da Esquina a gente não se esquece. E nosso clube tinha por sede um lote vago defronte ao prédio em que morávamos na Chapecó, de modo que era só atravessar a rua para se chegar ao “escritório”, abrigado debaixo de um frondoso pé de mamona, que nos fornecia também munição espinhenta para os combates (alegóricos ou nem tanto) que travávamos amiúde. Doutra forma não seria possível aliviar o extravasamento de tanto hormônio adolescente. Ali, na sombra de tal arbusto, rolaram as primeiras conversas que fizeram a mim e a meus irmãos deixar para trás, definitivamente, a inocência que a pecaminosa e plebeia Lagoinha não tinha conseguido retirar. Eu já havia aceitado o fim do Papai Noel alguns anos antes, mas confesso que deixei de acreditar na Cegonha somente a partir deste momento. Mas o fato é que eu era agora membro da matilha e estava muito feliz por isso. As porradas que recebi ficaram inteiramente esquecidas, não deixaram mágoas nem cicatrizes.

Ah sim, o grande acontecimento da década foi a Copa de 58, a primeira em que eu me liguei e torci, de fato. Jogos ouvidos pelo rádio, claro, com a porção masculina da família, meu pai inclusive, ali coladinhos ao aparelho, como se este fosse uma espécie de altar. E que ninguém falasse ou de alguma forma alterasse o estado de unção necessário à boa torcida. Podia ser punido com a expulsão do cenário. Além disso, já bastava aquele rádio velho que saia da sintonia a todo momento. Só pude ver os gols espetaculares de Pelé, os passes de Didi, as corridas espantosas de Zagalo e as “dibras” miraculosas de Garrincha alguns dias depois. À noite, na TV, só as famigeradas “radiofotos UPI”, que mais pareciam retratos de tempestades, cheios de riscos e sombras cinzentas, onde mal e mal se via o que era gente, o que era bola, o que era torcida.

Depois de cada jogo, cabia comemorar no quintal ou na rua. E desde então me tornei um pirotécnico apaixonado, pois o instrumento de delírio eram as famosas bombinhas “cabeça de negro”, riscadas às dezenas, sem preocupação com qualquer risco ambiental ou pessoal, sendo que algumas até mesmo explodiam antes de serem jogadas no chão, sapecando nossas mãos. E tome bombas servindo como propelentes de latinhas de massa de tomate, que subiam aos céus gloriosamente, lembrando os Sputniks russos, surgidos na mesma era, voltando ao solo viradas pelo avesso. Era tudo festa! A Copa de 58 se desdobrou em Maria Esther Bueno e Eder Jofre e assim todos os

brasileiros passamos a acreditar que éramos mesmo os tais. E de quebra ainda tivemos o carisma de JK, os fuscas e as vemaguetes, seguidos da inauguração de Brasília e do bicampeonato mundial no Chile, em 1962.

O fato é que éramos todos felizes, sem saber. A década de 60 ainda não havia mostrado suas garras, abril de 64 ainda estava longe, Kennedy era uma promessa radiante e eu praticamente nunca estivera diante de perdas familiares, salvo a de minha avó Ermelinda. A eleição de Jânio, em 1960, foi outro dos acontecimentos marcantes daquela temporada. Deu início, aliás, a importantes mudanças na política brasileira, que de certa forma deixaram sua marca no mundo infantil da Chapecó e do todo o país. Em 60 se inaugura Brasília e Jânio é eleito; em 61 o mesmo pega sua vassoura e vai embora; em seguida a reação conservadora, o parlamentarismo, a volta de Jango, o clima confuso cheio de marchas e comícios, contra e a favor. Em 1964 vem o que todo mundo já esperava.

A campanha Lott x Jânio empolgou a molecada da Chapecó. Catávamos panfletos e cartazes pelas ruas e montávamos nossos comitês eleitorais, rigorosamente divididos entre UDN e PSD. Eu era Jânio, tendendo ao lado assumido por meus avós e tios maternos, que acreditavam realmente que o preço da liberdade era a eterna vigilância. Meu pai, juscelinista de carteirinha e homônimo do então candidato a vice-presidente, era Lott e creio que Eugênio e os demais o seguiram. Ainda me ecoam na mente os jingles eleitorais da época: *eleitor não vote, na urucubaca do Lott*, ou então *varre, varre, varre vassourinha*. Tinha também um *desta vez vamos com Adhemar*, mas quase não contava, sendo tal candidato solenemente ignorado nos comitês da Chapecó. Gente rolou pelo chão em disputas para ver quem tinha o melhor candidato. Veio a eleição de três de outubro, Jânio levou a melhor, com aqueles famosos seis milhões de votos e voltamos todos a ser os amigos de sempre, até que outra disputa nos separasse.

Disputas, aliás, não faltavam, principalmente de caráter esportivo. Ainda não estávamos em idade de desafios que envolviam o sexo oposto. O futebol de rua era uma dessas disputas, das mais ardorosas, por sinal. Mas as peladas nem sempre ocorriam na rua, com aquele calçamento horroroso de “pé de moleque”, que mais nos fazia tropeçar e desviar a bola. O palco das contendas frequentemente se deslocava para o quintal cimentado de nosso apartamento, um tanto em declive, mas mesmo assim adequado para a prática futebolística, pelo menos com tais atletas. O perigo era uma caixa d’água na linha de fundo, com seu meio metro de altura, tampada por uma chapa metálica que deixava arestas cortantes para fora. Logo aprendemos a driblá-la, também. Coisa que jamais me conformei foi o fato de que joguei as mesmas peladas do que Eugênio; a diferença é que ele virou craque, eu nunca passei de irremediável perna de pau. Disputávamos com afinco,

também, corridas de tobogã, na rua Cuiabá, na qual existia um marcante declive entre a Chapecó e a Francisco Sá. Curiosamente, voltei a tal cenário em idade adulta e não achei a descida tão acentuada assim, mas o que vale, aqui, são as lembranças da infância. Pois bem, em tal declive, devidamente forrado pelos indefectíveis pés de moleque, por incrível que pareça, conseguíamos deslizar velozmente em chapas de compensado ou papelão grosso, à moda do que se chama hoje *snowboard*. E desse modo competíamos em diversas modalidades, tais como velocidade, manobras e capacidade de se manter em cima da exígua superfície. Não havia disputa a respeito de quem se machucasse mais – ou menos – isso era totalmente irrelevante, ou melhor, fazia parte do esporte.

Esporte alternativo era o dos carrinhos de rolimã, modalidade em que nós, os Goulart, éramos uma espécie de Enzos Ferraris, pois dispúnhamos de um manancial tecnológico à nossa disposição, na garagem da Viação Ermelinda. Aqui me curvo à boa vontade e à cumplicidade incondicional de nosso tio Lauro Goulart, que sempre arranjava um jeito de nos surprender com os valorizados SKF, às vezes até retirados diretamente de suas embalagens originais.

Estávamos no final dos 50 e não poderíamos passar distantes de uma onda de globalização da época. *One two three four five: rock around the clock*, Bill Halley e seus cometos endiabrados. Tinha Elvis também, claro, além de muitos outros. No Brasil, Cely Campelo (Estúpido Cupido) e Ronnie Cord, com sua história do biquíni de bolinha amarelinho. Roberto Carlos dava seus primeiros vagidos e dele escorreu uma coisa grudenta que nos pegou a todos: *quero me casar contigo, não me abandone tenha compaixão*. Romântico, desde o começo e como sempre. Na época, meus primos Castilho Santos (Chico Marcos, Mani, Elisa e Cristina) assistiram no ginásio do Minas Tênis Clube a ninguém menos que uma outra grudenta da época, a americana Brenda Lee, com seu hit, não sei se único, *Jambalaya on the bayou*, cuja letra sempre foi sujeita a paródias meio escatológicas. Os supracitados primos tinham um pai abonado e liberal, meu grande padrinho Duílio, de modo que podiam surfar em todas as ondas, coisas a que nós do apê térreo da Chapecó não tínhamos acesso. Lembro-me que só Rock around the clock, no cinema, eles assistiram meia dúzia de vezes. Se inveja matasse...

Mas tudo bem, éramos todos felizes por igual, mesmo apesar dessas diferenças no poder de consumo. E por falar em consumo a era da Chapecó foi também de entrada da família neste mundo maravilhoso, pois passamos a dispor de TV e geladeira. Eletrola, não: só veio bem mais tarde. Não posso me esquecer do Natal em que a Frigidaire chegou em nosso lar, seu vulto quase solene na copa, o ar fresquinho que nos escorria pelas pernas quando parávamos extasiados diante dela aberta,

como um oratório (*- fecha a porta, menino, pra não gastar muita energia e perder o gelo!*) e, principalmente, o cheiro luxuoso de uvas Niágara que foram compradas especialmente para estrear o fabuloso eletrodoméstico – e também, certamente, porque era época de festas. Enfim, foi um Natal inesquecível. Quanto à TV não posso afirmar com certeza se ela chegou quando morávamos no Prado ou ainda na Lagoinha. Só sei que foi em torno de 1957, quando ganhamos outro “objeto” na família, a nova caçulinha Claudia, conhecida intimamente como Cuíca. Objetozinho muito querido por sinal, embora aumentasse o trabalho de babás que os irmãos mais velhos faziam, sob minha coordenação, obviamente, por ser o primogênito. Claudia padecia de certas intolerâncias gastrointestinais que obrigavam minha mãe a produzir hectolitros mensais de água de arroz, remédio muito popular na ocasião, mesmo por recomendação médica. O resultado pior de tudo isso nem eram as dúzias de fraldas permanentemente dependuradas nos varais e nas janelas, mas a produção exuberante de arroz doce, subproduto da fabricação da tal fórmula mágica, o que me fez enjoar para sempre desta iguaria. Em suma, em casa onde raramente tínhamos sobremesa, esta passou a ser compulsória, mas sempre arroz doce. Cruzes! Cuíca nos deve esta...

Mas eu falava de televisão e de sua chegada em nossa casa. A principal lembrança é a de um indiozinho com cocar em formato de antena, o ícone da Itacolomi, canal quatro, emissora da rede Associada, que antecedeu a Globo no monopólio das comunicações no Brasil. O curumim ficava horas sendo exibido, sem movimento e sem música, em preto e branco. Isso queria dizer que havia problemas técnicos sendo resolvidos nos altos do Edifício Acaiaca, onde ficava a sede dessa única emissora de BH. Mas havia uns programas legais, todos produzido localmente e de forma meio amadora, mas digna. O Circo Bom Bril, nos sábados à tarde, tinha o palhaço Moleza e seu ajudante, o anão Meio Quilo, como atrações principais. Moleza era italiano, falava com certo sotaque e veio a ser pai de Toninho Cerezzo (e avô de Lea T., vejam só). Aliás, o futuro craque da seleção iniciou sua carreira, por assim dizer, pública, no Circo Bom Bril, como partner do pai. Outras atrações da Itacolomi eram um dramalhão semanal chamado *Esta é a sua vida*; um teleteatro de suspense, *A Garrafa do Diabo*; um quadro humorístico até bem sucedido em fazer rir, *Seu Encrenquinha*, além de outro, também de humor, no qual o futuro Zacarias, dos Trapalhões, fazia um advogado de defesa, meio abichalhado, num júri bem no estilo Zorra Total – em televisão nada se cria... Uma vez por semana Juca Chaves fazia um programa de música e piadas na TV; este era de agrado geral: *Brasil já vai à guerra, comprou um porta aviões* ou ainda *Por quem sonha Ana Maria nesta noite de luar* – eram os hits do momento.

- **Rua do Ouro**

Outra lembrança marcante dos anos 50: a casa de meus avós maternos na rua do Ouro 750, no Bairro da Serra, em Belo Horizonte. Ela está até hoje em meus sonhos e nem preciso estar dormindo para que ela venha me encantar. Não tem nada a ver com o edifício quadradão que ergueram em seu lugar. A rua do Ouro era pacata e silenciosa, pelo menos no tempo que a conheci. Os poucos carros, trafegando em mão dupla não exigiam cuidados especiais em sua travessia a pé. O bairro, por sua vez, não era grande nem movimentado. A cidade, aliás, terminava logo ali, poucos quarteirões rua acima.

Esta é uma casa especial. É preciso conhecê-la em seu ambiente, antes de entrar. O terreno vai de uma rua a outra. A rua dos fundos, aliás, só apareceu depois. Havia, em seu lugar, um córrego encachoeirado, dito *da Serra*, modesto em seu cotidiano, mas violento e ruidoso quando caiam chuvas no alto das montanhas do Curral, que guarnecem a cidade, de onde ele despencava, entre moitas de capim e matacões de minério de ferro. As casas vizinhas, coetâneas desta, têm, todas elas, grandes quintais, dispostos paralelamente, como capitâncias hereditárias. Entremos na casa, para percorrer seus cômodos e corredores, jardins e quintal. À frente um muro baixo, no máximo um metro de altura, fruto de um tempo que ninguém carecia ser barrado. Sua parte superior era como um parapeito largo, onde se podia sentar, para apreciar a rua. Um portão nos dava entrada ao pequeno jardim, onde pontificam roseiras mais espinhentas do que propriamente florosas. Chegava-se, assim, ao alpendre, que é como, naquele tempo, esta parte se denominava. Subamos, então, a pequena escada à nossa frente.

No alpendre duas cadeiras baixas, quase espreguiçadeiras, de alto espaldar, em madeira pintada de cor creme, com almofadas azuis, dando a quem chega a medida da hospitalidade e da bonomia de tal habitação. Minha casa se abre para o alpendre por duas portas, altas, também de cor creme, encimadas por “bandeiras” arqueadas, onde se encaixam vidros vermelhos e azuis, como também acontece com as janelas da casa. A porta da esquerda conduz a um quarto sem comunicação com o resto da casa, talvez originalmente um escritório, mas agora conhecido como quarto dos rapazes. Quem residiu ali, por um breve tempo, é um tio solteirão, que veio morar com a família quando lhe cansaram os muitos anos passados em hotel. A outra porta, à frente, é que se abre para o interior da casa e por ela entraremos. Uma ampla sala logo se descontina, com seu assoalho de madeira, sempre bem encerado, que ecoa ao ser palmilhado. Os móveis são de madeira escura, sóbrios, entre eles um armário de portas envidraçadas, conhecido como “o bar”, repleto de cristais azuis, vermelhos e em bico de jaca. Bebidas mesmo, muito poucas. Os donos não bebem e é preciso resguardar a abundância de espíritos de um morador eventual, menos virtuoso neste quesito. Uma dessas garrafas tem como tampa, uma

rolha adornada com uma pequena escultura em madeira, representando o busto de um possível bêbado, que nos fita com olhar mortiço e riso debochado, com a boca entortada por um curto cachimbo.

Ao lado, se abre uma segunda sala, prolongamento desta onde estamos, dita “de visitas”. Ali, entre cortinas diáfanas, impõem-se três sofás clássicos e encorpados, revestidos de tecido de cor pérola. A um canto a grande vitrola RCA, em madeira também escura, cujo luxo e solenidade conferem aparência de peça de museu, apesar de ser nova. No outro canto um piano Pleyel, vertical, de procedência europeia, negro e solene também, com seu teclado sustentado por volutas sinuosas, barrocas. Pleyel foi marca usada por ninguém menos que Chopin. Ao abrir-se-lhe o tampo, surge um odor capaz de se fixar na memória de alguém por muitas décadas, lembrando madeira e alcatrão, mas principalmente infância.

Tomemos agora o corredor, que parte da primeira sala. Ele é muito longo e tem altas paredes, com o forro em lambris pintados na cor creme que é apanágio da casa. Em seu lado esquerdo perfilam-se quartos, três ou quatro – é bem longo este corredor. O primeiro deles abre-se também para a sala, obra de uma arquitetura que não separava o íntimo do social. Eles se comunicam uns com os outros, também. São os quartos das moças, naturalmente mais protegidos e mais acessíveis à fiscalização rigorosa de horários, conversas, hábitos. Ainda é o tempo antigo, não nos esqueçamos...

A meio caminho no corredor, de lado oposto aos quartos, abre-se o chamado – este sim – escritório. É um cômodo pequeno, do qual se pode sair por uma porta lateral, que dá para um jardim suspenso, para aproveitar a declividade do terreno. O escritório, onde o dono da casa guarda seus livros e papéis de advogado, está abarrotado. Ali também repousa uma quilométrica Encyclopédia Jackson, além de muita literatura em capa dura. Acima das estantes dois retratos, ovais, de personagens circunspectos e até mesmo tristonhos: um homem calvo, de grossos bigodes e uma mulher clara, de maneira altiva, portando um xale. Em uma mesinha baixa o rádio, em madeira envernizada e tela de gorgorão a cobrir-lhe os alto falantes, com seu painel verde fosforescente, quando ligado. Sobre o aparelho a impressionante escultura enegrecida de um índio, apoiado em um dos joelhos, imenso cocar à cabeça, prestes a disparar verossímil flecha.

Não saímos da casa, por enquanto. Continuemos pelo corredor, que vai ter à sala de refeições, dando também entrada, pela esquerda, para a cozinha. Sala de refeições esta, mais exatamente uma copa, pequena, na verdade, face às dimensões da casa. A mesa ali colocada vem de outro ambiente, maior certamente, e foi colocada com um de seus lados

encostado à parede, para facilitar a passagem das pessoas. Do outro lado da mesa o móvel que um dia se chamou buffet, também candidato a um museu olfativo. Seu cheiro de madeira, doce, associado a cravo, canela, doces de laranja e de figo, de que a dona da casa é exímia fabricante, também mostra aquela propriedade de se fixar na memória de uma pessoa para sempre, ou, pelo menos, por décadas a fio. Desta copa se alcança o que fora um dia o terraço, mas que depois veio a receber paredes e telhado, transformando-se em novos quartos da casa, aliás, os principais agora, onde dormem o casal de donos, além da filha caçula e temporâ.

Por outra porta, no extremo oposto da entrada dos quartos, se alcança o quintal, onde logo estaremos. A cozinha acompanha a escala da casa, pela sua enormidade. Seu teto, à diferença dos outros cômodos, não tem o forro de lambri oleado, mas sim uma treliça de ripas diagonais, em verde claro. Por cima dos espaços losangulares de tal forro denotam-se vestígios de fuligem antiga, a demonstrar a existência pretérita de um fogão de lenha. Mas isso foi bem antes, com certeza, porque agora o que domina o ambiente é um fogão elétrico sólido, respeitável, de marca Gardini, com seis bocas, talvez – um luxo! A cozinha abriga ainda uma comprida pia de mármore, talvez um pouco desgastado pelo uso, com metais amarelos e bojudos. Um armário dos chamados “guarda-comida”, ao lado, não desperta lembranças olfativas muito agradáveis, pelo seu cheiro de polvilho azedo, que lembra também bosta de gato.

Prestem também atenção na geladeira Norge, com seus cantos arredondados, que atravessou décadas em funcionamento perfeito. Já com sua brancura meio encardida, ela se assenta, atarracada, sobre um estrado, certamente para compensar sua estatura baixa; Debaixo desta espécie de palanque a gata da casa se aninha. Para as crianças, o ronronar da gata tinha algo a ver com o funcionamento do motor da geladeira, quem sabe um estranho e mágico caso de mimetismo. Detenhamo-nos no banheiro, por um momento, pois ele merece nossa admiração, de tão espaçoso e acolhedor que é. Entremos nele por uma porta ao fim do corredor, antes da entrada da copa já visitada. Fácil saber se está ocupado, pela tranca dourada em posição horizontal ou vertical. Vamos por um vestíbulo alongado, espécie de corredor perpendicular ao outro, ao longo do qual se alinham estantes de madeira, também pintadas a óleo, nas cores básicas da casa. Aqui se guardam toalhas, sapatos, vassouras, material de limpeza, urinóis. Ao fundo, finalmente, se descortina o dito cômodo em seu esplendor, podendo ser denominado, sem favor algum, de “sala de banho”. Aqui pontificam as louças e azulejos brancos, os metais bojudos dourados, as maçanetas também de louça, com seu rico filamento azul duplo. Chique demais! Bem no alto, quase se encostando no teto, um basculante com vidros foscos, através do qual ninguém jamais seria

capaz de cometer indiscrições. É o único banheiro da casa e ocupá-lo solitariamente é quase um desperdício.

É hora de conhecer o exterior da casa. Voltemos ao portão da entrada principal. Agora não subiremos a escadinha do alpendre, mas sim vamos tomar o caminho das roseiras, por seu lado direito, em suave declive. Por um piso de pedra, paralelo ao corpo da casa, se chega à entrada da garagem, situada mais aos fundos, debaixo do terraço e quartos, aqui já descritos. É uma via rodeada de plantas floridas, que também recobrem o intervalo deixado entre as passagens dos pneus do carro. São mirabilis, bocas de lobo, hortênsias, gramíneas decorativas, algumas delas um pouco manchadas e tombadas pela passagem do Jeep Wyllis estacionado mais adiante. De um lado, um arbusto notável, em verde escuro e lustroso, exibe ao longo de todo ano suas pencas de perfumadas e elegantes camélias. Além destas, outro foco de admiração para quem passa na rua é a verdadeira touceira de flores de seda, plantada rente aos alicerces de pedra, que entre maio e junho exibe glamourosamente sua florada rosa e vermelha. Bem perto, a moita de pequenas palmeiras faz aquele canto de jardim lembrar um pequeno oásis.

Mas o jardim ainda nos reserva surpresas, como, mais adiante, o caramanchão. Podemos nos deter um pouco aqui, aproveitando o frescor. À primeira vista acreditamos que tudo tenha sido pintado de verde. Mas é engano! O que domina tudo é o limo verde, aveludado, em estado de luxúria vegetal. O teto, embora tendo uma camada seca por baixo, por cima é pura exuberância, como convém às graciosas trepadeiras de lágrimas de Nossa Senhora. Por toda parte, em disposição confusa e nada planejada, se amontoam as avencas, espadas de São Jorge, costelas de Adão, antúrios, copos de leite e begônias. Nos intervalos o beijo de frade é mais um a desorganizar o que não carece de ordem. Este nem precisa de canteiros próprios, pois cresce até sobre o veludo do musgo. Impaciente em seu mister de ocupar espaço, para fazer jus ao nome que lhe deu a botânica.

Logo atrás do caramanchão já se inicia uma zona mágica e sagrada: o quintal, ou terreiro, como se dizia então. Um pequeno muro separa os dois territórios, que se comunicam por um portãozinho de ripas, meio cai-não-cai. Duas laranjeiras avisam a chegada. Mais adiante a parreira, imensa, debaixo da qual há bancos para se assentear, para prosas em tardes calorentas e até um pequeno espelho d'água, no qual uma libélula mal pode se ver de corpo inteiro, mais exatamente um tanque antigo de cimento, nivelado com o piso. Aqui, por ocasião das festas de fim de ano é possível colher e saborear uvas generosas e sumarentas, em uma vindima suficiente para o consumo da casa e para o agrado natalino aos vizinhos. Mais adiante da parreira, o jardim reincide, logo à frente da escada que vem da sala de refeições, já

visitada, formando canteiros bem demarcados no pátio de cimento. Aqui, rosas variadas em cores e perfumes, às quais a dona da casa dedica especial atenção. Com frequência, um jarro na sala de refeições, exibe orgulhosamente a produção de tal território, obtida à custa de muita adubação, em que pese a oposição das formigas e os arranhões nos braços e nas mãos. Neste outro recanto, ervas de farmácia e cozinha: hortelã, poejo, coentro, erva cidreira, funcho, losna. Não há como deixar de esmagá-las entre os dedos para sentir seus odores sadios, que nos acompanharão por todo o restante da visita.

E ainda há outro canteiro, no qual o dono da casa escreve letras sofisticadas, enxertando cítricos, em busca da fruta mais rara e mais doce. As pequenas árvores assim operadas perfilam-se em cestos de taquara, qual em uma enfermaria botânica. Chega-se, finalmente, ao galinheiro, fronteira última do terreno da casa. Logo na entrada, sua sentinela, a cachorrinha Susy - podemos passar sem sustos, que ela é das mais mansas. Aqui, na moita de bananeiras há uma que chega a dar dois cachos, resultado, com certeza, da curiosidade botânica do dono da casa. Ali, o pé da fruta do conde (ou condessa, como era ali conhecida), que domina quase toda a área do quintal. Ainda não é tempo da fruta e assim não se pode saborear suas doces vísceras translúcidas, cuspir à distância suas sementinhas escuras e lustrosas. Ao redor e mais abaixo os abacateiros, mangueiras, laranjeiras diversas, a lima, o limão vinagreiro e demais habitantes do terreiro. Aqui, no final da tarde, as cigarras chegam a ferir nossos ouvidos com seu zinido destemperado.

Paremos agora para apreciar o córrego, que fecha o terreno nos fundos. Se não é tempo de chuvas, ele é assim, manso, apenas murmurando através da pequena queda d'água logo abaixo. Quando, chove, porém, transforma-se em caudal ruidoso e espumante, capaz de arrastar, com fúria, troncos, moitas inteiras de capim e até mesmo galinhas surpreendidas nos quintais. Uma pequena trança de folhas e gravetos, a certa altura na cerca dos fundos, é a marca de uma enchente nas chuvas passadas. Parece um pouco sujo o córrego, vizinhos negligentes talvez atirem detritos em sua corrente. Até mesmo um cheiro pouco agradável se faz notar. Pensando bem, não é mais possível esconder: o córrego não traz mais apenas a água clara da serra. Ali embaixo, um pequeno vulto rápido, sinistro, quase nos confunde, não fosse a longa cauda. O surgimento de outro ser cinzento, nervoso, olhinhos brilhantes e desconfiados, bigodes perscrutadores, logo confirma nossa lúgubre suspeita. A cidade está crescendo, o córrego já não é o mesmo de poucos anos atrás.

Mudou o córrego, virou rua, já não é possível ouvir seu murmúrio e sentir o frescor úmido de suas margens. Domesticado, ele não extravasa mais. O bairro também mudou, cresceu, se transformou em formigueiro

confuso de lojas, prédios de apartamento, ruas movimentadas e barulhentas. Casas, como esta que ainda chamo de minha, são agora raras e abrigam escritórios e lojas, não mais as famílias de antigamente. Feridas se abriram na serra para dar passagem à cidade voraz e à sede de extrair a alma da natureza. Mas a minha casa, o que foi feito dela? Foi vendida, demoliram-na. Agora, em seu lugar, o que subsiste é um prédio de apartamentos, mais um, entre tantos. Aqui mesmo, onde agora estamos, é o estacionamento. As pessoas de antes envelheceram, se mudaram, morreram. Guardemos apenas as imagens da casa, do jardim e do terreiro, assim como lhes revelo, como num sonho. Um dia, tudo existiu, juro; agora só na lembrança. Dou meu testemunho de menino que viveu dias felizes naquelas paragens. Pois é, estas são as imagens que me restaram da magnifica casa da rua do Ouro, número 750, no bairro da Serra, em Belo Horizonte, onde moraram meus avós Altivo e Dodora, mais diversos filhos deles, meus tios. Ali passei dias felizes de minha infância. Eu diria mesmo que foram os mais felizes de todos que que vivi em toda minha vida.

• **Um anjo louro**

Corria o final dos anos 50, eu tinha nove ou dez anos e certo dia, ao chegar da escola, dei com o inesperado na sala da casa. Uma família inteira estava, por assim dizer, acampada ali, com malas, caixas e até mesmo sacos por toda parte. O pai havia saído para tomar providências, só o vi mais tarde e depois falo dele. A mãe era uma matrona loura e corpulenta, de um tipo físico completamente diferente do padrão brasileiro, que somente muito depois comprehendi ser de natureza germânica ou eslava. Falavam outra língua, pelo menos entre eles.

Mas as crianças... Eram três. Um pequenito, talvez nos seus quatro anos, se muito, figurava doença aguda, a inspirar permanentes cuidados da matrona. Encatarradíssimo, febril, choraminguento, tinha um aspecto miserável, em que pesassem seus cabelos louros, quase brancos e as bochechas muito vermelhas. Vestia um pijaminha de flanela bastante puído e sujo, com marcas evidentes da longa viagem que trouxera sua família até ali. A menina do meio talvez fosse da minha idade. Por alguma razão me marcou pouco, a não ser pelo linguajar incompreensível, que mantinha com a mãe e os dois irmãos. Se falou alguma coisa em português – pode ser que tenha falado – não me recordo mais. Lembro-me apenas que a coitadinha tinha perebas por todo corpo, mas parecia não sofrer e nem mesmo se dar conta disso.

A filha mais velha, esta sim, era uma figura marcante. Loura, alta, esguia. Os cabelos lhe batiam na cintura. Gestos enérgicos de quem dispunha, na família, do estatuto de uma segunda mãe para os irmãos

mais novos. Teria seus quinze anos, talvez. Vestia-se de chita, bem à brasileira, mas com aquele porte e o longo cabelo louro, lembrava uma camponesa europeia, se não uma personagem de contos de fadas. Melhor dizendo, parecia um anjo – e agia como tal, socorrendo e consolando os irmãos mais novos, adoentados. Foi por poucas horas, lamentavelmente, que a vi de perto, mas aquela imagem me marcou por muitos anos. De onde vinha aquela gente, chegada assim tão de repente em nossa casa? Logo minha mãe esclareceu o fato inusitado. Era uma família estrangeira, cujo chefe era amigo de meu tio Ricardo; tinham trabalhado juntos no passado, em Itabira, e eles, vindos do Norte de Minas, agora rumavam para São Paulo, para tentar uma sorte melhor em outras bandas. Estiveram conosco não mais do que uma parte de manhã e uma tarde, depois seguiram seu destino, pegando o trem noturno da Central do Brasil, que ainda circulava entre BH e Sampa naquela época.

O pai, Jorge, de nome provavelmente aportuguesado, havia morado em Itabira por algum tempo, onde conheceu meu avô e outras pessoas da família. Eram imigrantes europeus, judeus, talvez; russos, depois se soube. Estariam fugindo do nazismo, do estalinismo ou da grande guerra – não sei dizer. Seu Jorge era agrônomo de profissão e foi nessa condição que arranjou colocação em Itabira, onde, como se sabe, havia diversidade econômica antes que a Vale tomasse conta de tudo e instaurasse a ditadura da mineração. Além de sua formação agrícola, o homem era muito culto, conhecia de tudo um pouco e tinha um lado empreendedor, inquieto, bastante marcante em sua personalidade e que influenciou bastante sua vida. Tanto que saiu de Itabira, foi para o norte, depois para São Paulo. Entre a Rússia e Itabira deve ter tido, certamente, outras tantas passagens.

Pois bem, resumindo a história, nunca mais os vi, pelo menos de perto e tive bem poucas notícias deles. Aqui minha narrativa entra numa espécie de ramificação, mas fiquem tranquilos os leitores que mais adiante os caminhos se encontrarão.

Corriam agora os anos 60. Belo Horizonte começava a tomar ares de metrópole, mas arrastando ainda certos grilhões provincianos. Uma dessas coisas anacrônicas era uma espécie de concurso de beleza e simpatia (nada de misses de maiô!), ao qual se dava o colonizado apelido de *glamour girl*. Na época, eu talvez não me interessasse por colunas sociais, mas já apreciava, bastante, aliás, a visão de uma linda mulher. E em um daqueles anos dourados, ao som dos Beatles e da Bossa Nova, apareceu uma dessas *girls* especialmente cheia de *glamour*: loiríssima, muito alta, esbelta, olhos azuis faiscantes, poliglota, intelectualmente muito articulada, determinada, cheia de personalidade. Não se falava em outra coisa na Belzonte provinciana de então. Um belo dia, a revelação. Minha mãe, ao ver aquele anjo no

jornal ou na TV, comentou: mas esta é a filha de Seu Jorge; vocês se lembram, ela esteve conosco, junto com a família, aqui em casa há alguns anos atrás? Caramba, eu que nunca havia visto alguma *glamour girl*, ou qualquer outra celebridade tão de perto quase caí pra trás de susto. Então era ela!

Depois tal anjo desapareceu, pelo menos para mim, que não acompanhava as notícias do mundo *high society*. Já nos anos 80, vendo o programa do Chacrinha, minha mãe mais uma vez me trouxe a revelação: estão vendendo aquela lá? Pois é, é a filha de Seu Jorge, aquele amigo da família, que esteve em nossa casa há muitos anjos atrás... O anjo louro, a adolescente encantada, a mulher de sonho tinha se metamorfoseado mais uma vez, ela era agora Elke Grunupp, dita Elke Maravilha, que todo mundo conhece. Mas eu digo com orgulho: eu a conheci antes de todos; melhor ainda, dentro da minha própria casa! E não me perguntam como é que uma pobre menina imigrante e depois migrante interna pôde chegar à alta burguesia mineira e depois atingir o estrelato na TV. Não tenho informações suficientes e nem sei onde encontrá-las. Como dizia o personagem de Suassuna: só sei que foi assim.

• **Cheiro de tangerinas**

Os dois garotos, eu e meu irmão, pelo menos uma vez por mês, tínhamos permissão de nossa mãe para acompanhar nosso avô nas idas ao sítio dele, em Contagem, que naquele tempo era outra cidade, para a qual, de fato, tinha de se viajar.

Ali, depois de um dia de folguedos e travessuras, suportados, a maior parte das vezes com bonomia pelo avô, cumpríamos um ritual ansiosamente esperado: a fogueira de despedida, brincadeira vedada quando estávamos sozinhos. A lenha recolhida debaixo das mangueiras, juntamente com o vasculho do pomar, era organizada por nós mesmos como uma pirâmide irregular, no local onde ainda jaziam cinzas de fogueiras anteriores. Varas do bambu fino, que formava vasta moita junto ao açude, já haviam sido trazidas, para serem queimadas e fazerem às vezes de foguetes, pelo estampido que provocavam ao romper com o calor das chamas. O avô nos ensinara, também, a queimar os ramos de um pequeno arbusto, de folhas carnosas, que produzia estalidos e lançava fagulhas, fazendo grande efeito pirotécnico. Terminava assim nosso dia, à beira do fogo, agasalhados por recomendação de nossa mãe, para evitar o frio pelas costas. O avô tomava suas últimas providências e não raramente tinha de nos ceder mais uns minutos, para fazer algo como a queima de uma vara recém encontrada ali por perto, que prometia tiros de arromba.

No caminho da volta, extenuados e calados, mas acima de tudo felizes, amontoavam-nos no banco da frente do Jeep, cabeceando para lá e

para cá, com o balanço do veículo. O avô, a esta altura, deixava-nos quietos, sem puxar as tradicionais brincadeiras e adivinhas, parte obrigatória da viagem, pelo menos na vinda, quando estávamos descansados, deixando-nos entregues ao sono e às recordações do dia.

Naqueles momentos da volta a nossa casa, impunha-se no ar uma estranha mistura, de odores da gasolina, mexerica enredeira, limão-cravo, bem como das verduras recém colhidas, da terra fresca aderida às batatas doces e às mandiocas. Mal vedado pela capota de lona do veículo, um friozinho benfazejo fazia sua presença. Lá atrás, o sol se punha entre rosadas nuvens, como se o lençol de capim gordura dos morros tivesse se invertido e cobrisse, agora, o próprio céu.

Para aqueles dois, meu irmão Eugênio – agora em triste viagem sem retorno – e eu, aquele cheiro de tangerinas, mostarda e terra fresca, o friozinho das tardes de maio, o sol num dossel colorido, o crepitar de lenha em fogueira, o capim gordura manchando os morros, mesmo passados mais de sessenta anos, ainda trazem magicamente as cores, os cheiros, os sons e os sabores de uma meninice luminosa. Quem teve infância por certo entenderá...

• **Minha vida de cachorro**

Rua Niquelina, Belo Horizonte, domingo no final de tarde. Para a maioria são indicativos topográficos e temporais que nada sugerem. Para mim e para meus irmãos, aliás, para muito mais gente da família, era o retrato vivo de uma dor. Aconteceu em 1961. Nós vínhamos, então, pela velha rua de Santa Efigênia, após a visita semanal a nossa mãe, internada no Hospital da Baleia, lá no final, além dos morros da Pompéia, depois mesmo do Cemitério da Saudade, de triste augúrio, longe o bastante para provocar em nós a sensação de que ela agora vivia em outro mundo. Lá estava a pobre Favita, com o corpo quase todo paralisado pela Síndrome de Guillain Barré, doença ainda hoje misteriosa e especialmente desconhecida naquele tempo.

O que mais me impressionava, então, além de ver minha mãe em uma enfermaria, cercada de gente com problemas ainda piores que o dela, era saber que, entre outras torturas, lhe haviam feito vários exames do “líquido da espinha”. Para o coração infantil, não podia haver nada pior! É bem verdade, tudo tinha sua compensação, para nós crianças, pelo menos: tínhamos agora bem perto de nós algumas pessoas muito queridas. Além de nossas tias e tios, nossa avó Dodora, recém viúva de meu avô Altivo, cuja morte aumentava mais ainda o nosso desalento. Das tias que vieram cuidar de nós, duas iriam se transformar em figuras familiares essenciais, a quem até hoje dedicamos boas lembranças e carinho: Cicida e Angelita.

O Hospital da Baleia ficava (e ainda está lá) num agradável pé de Serra (do Curral), nos fundos do bairro Taquaril. Naquele tempo era mato – e mata atlântica, inclusive. O lado bom termina aí. Hoje, pelo que sei, a região demudou-se em favela e por ela ninguém mais se arrisca a passear. Éramos crianças e apesar do motivo da visita, que durava muito pouco para nossas expectativas filiais, encontrávamos um tempinho para brincar num parquinho, subir em árvores e aproveitarmos o clima de fazenda que ali dominava. Havia patos e carpas num açude. Enfim, como tudo na vida, o bom e o ruim se misturavam. E ali tínhamos contato com gente amputada, paraplégica, em coma. As cadeiras de rodas faziam estranho engarrafamento quando terminava a hora da visita familiar.

Tempos dificeis, de fato, agravados pela presença, em nossa casa, de forças do mal. No caso, personificadas numa empregada vinda de Itabira, chamada Dalva, a quem apelidamos *Darva*, um tanto para imitar sua caipirice, outro para expressar nosso desprezo por ela. Dá para imaginar cinco crianças obrigadas a se preparar para a escola, se alimentar, tomar banho e tudo o mais sem uma mãe por perto? E o que pior, expropriadas em seu direito de ter alguém que lhes oferecesse, como só as mães sabem fazer, aquela puxadinha no cobertor até a altura do queixo, nas noites frias da BH daquele tempo.

Os anos sessenta assim começaram para os Andrade Goulart. Na sequência desses acontecimentos, quando nossa mãe voltou para casa, já parcialmente recuperada, mudamos para um apartamento térreo, para fugir da escadaria de onde até então morávamos. Nos primeiros tempos ela se locomovia em cima de uma cadeira comum, adaptada sobre uma plataforma de madeira, com rodízios de rolamentos – um verdadeiro carrinho de rolimã, com o assento elevado. E assim era ela empurrada alegremente por nós, que até disputávamos a primazia de conduzir aquele estranho veículo.

De uma casa a outra; da mãe ativa que possuímos até aquela de repente tão dependente; do abandono de uma velha turma de rua ao encontro de um vazio afetivo – uma coisa é certa: a gente se virou e amadureceu meio à força. Eu, pelo menos, chego a dizer que nem tive adolescência, pulei da infância a uma vida quase adulta naquele momento.

Muitos anos depois vi que minha vida nesses anos 60 foi contada no cinema. Acreditam? Podem duvidar, mas é como se fosse. Quem viu o filme sueco “Minha vida de cachorro” teve acesso a cenas completas de minha infância na Lagoinha e no Prado. O menino curioso, meio trapalhão, a mãe doente, a família separada por conta de sua hospitalização, as primeiras descobertas sexuais, o tio barra limpa, o mundo chato dos adultos e as janelas para escapar dele, o início da

corrida espacial, com a cadelinha Laika. Está tudo lá, como na minha vida também. Só não fica bem claro quem é o tal cachorro que dá nome ao filme, pois o único animal desta espécie no filme é a cadelinha russa; na minha história houve apenas um Nero, nos tempos da Antonio Carlos, que nunca mordeu ninguém, mas também não chegou a deixar lembranças, nem más nem boas.

Sorte nossa que a rede familiar cuidou de tudo. Eu, com 13 anos, liderava (se é que esta palavra se aplica) uma escadinha de quatro menores; na outra ponta, Cuíca com três ou quatro anos. Mais uma vez, como havia acontecido no nascimento tumultuado de minha irmã mais nova, a tal rede familiar se abriu e nos abrigou. E eu e meus irmãos tivemos a sorte de não termos apenas um tio legal e camarada, mas uma tropa deles, com especial destaque para as irmãs de minha mãe Angelita e Cicida. Mas um singular tio legal estava também muito bem representado pela figura inesquecível do já citado de José Marcos, um dos irmãos mais novos de minha mãe, que poucos anos depois nos deixou, de maneira trágica.

Foi uma época dura aquela, mas enfim, sobrevivemos.

• **Promenade Belzontina**

Que tal um giro pela BH de meu tempo? E de sempre, porque o que vive na memória e não perece. Assim como os sonhos, naquela música que Milton canta. Comecemos pelo dito romulo-paisiano: *a vida é esta, descer Bahia, subir Floresta...*

E já que subiu Floresta, aproveite e vá observar a cidade do alto do Colégio Batista. Velhas casas, velhas ruas, quintais pequenos, mas de grandes frondes. Lá adiante, a Serra do Currall, emoldurando o cenário de um gigantesco paliteiro. Bonito? Tem sua graça, sempre, esta recém-tenária cidade.

Desça agora por uma das ladeiras que vertem na Lagoinha as pessoas, os carros e as fortes enxurradas, quando é tempo delas. Antigo caminho da perdição, hoje apenas passagem de estudantes e comerciários, para a lida brava na metrópole. A Praça Vaz de Mello já não é do povo e sim dos carros, mas a Lagoinha está muito melhor. Quem duvidar que suba Antônio Carlos até a altura do antigo Mercadinho Popular, que reformado virou lugar dos mais ajeitados. Prossigamos, de taxi, ônibus ou mesmo a pé.

O Barro Preto é próximo e vale a pena conhecê-lo. Ali parece que se produz roupa para o mundo, tudo é luz, cor e *fashion*. Até oficinas mecânicas se travestiram de cinema, espaço cultural, restaurante. Mas, em fins de semana, as ruas tranquilas e arborizadas do Barro Preto ainda permitem vislumbrar um restinho da BH de décadas passadas, nas diversas camadas arquitetônicas que os modismos foram

depositando sobre a cidade. São bons exemplos os Grupos Escolares Francisco Sales e Caetano Azeredo, que faziam belo conjunto com o antigo Ginásio Mineiro, depois Colégio Militar, hoje o prédio-sede da Justiça, caído naquele pedaço neoclássico com a sutileza de mil toneladas de concreto.

Mas não vale a pena maldizer, não faríamos outra coisa nesta cidade, que às vezes sossobra nos contrastes e injunções do lucro imobiliário.

Vamos em frente, pela Av. Barbacena, que até hoje parece instável, quase flutuante, com seu piso irregular, assentada como está sobre um brejo, quem sabe o antigo barro preto. Para os lados da Assembléia, a cidade mostrará sua face moderna quase por inteiro. Mas, procurando bem, vamos ver os belos casarões (alguns nem tanto) da burguesia do bairro de Lourdes, já virados em escritórios. O melhor aqui são as ruas e avenidas arborizadas - a Álvares Cabral é marcante - os nossos boulevards, que fazem deste canto da cidade algo sofisticado e cosmopolita. Mais uma vez a Serra do Curral se impõe, um tanto banguela, mas sem perder a majestade.

Pelo Boulevard da Álvares Cabral, subindo e descendo colinas suaves, vai-se ao Parque Municipal, o verdadeiro coração desta cidade. Aqui toda perda, toda delapidação, toda decadência parecem ter passado em branco. O Parque não, o Parque continua o mesmo. Aliás, o Parque está cada vez melhor.

Agora é subir Afonso Pena até a antiga Praça do Cruzeiro, nem é preciso ir mais acima. Ali, no sopé do Curral, junto às araucárias da caixa d'água, mirando o horizonte do poente, com as colinas do Santo Antônio e do Gutierrez ao fundo, é hora de confirmar não tanto com os olhos, mas certamente com o coração, que nenhuma outra cidade é bela como esta BH que habita nossa memória.

• **O colégio da elite mineira (e meu também)**

Colégio Estadual de Minas Gerais, dito Central, nos altos do bairro de Lourdes – ou seria no Baixo Santo Antônio? Ali estudava a elite mineira. E também pobres e mortais, pequenos burgueses ou quase proletários, como eu e muitos outros. Além dos que vieram a ser governadores e ministros no futuro, nos seus bancos se sentou também a filha do governador da época, Ana Lucia (de Magalhães Pinto). E é claro, que não se esqueça a infeliz moçoila que veio a ser eleita, por duas vezes, Presidente da República. E mais um bando de gente passou por ali, uns maiores, outros menores, como diz o samba de Vanzolini.

O Estadual foi projetado por ninguém menos que Oscar Niemeyer. Falar nele é correr riscos. Quem palreia em demasia estende saudações matinais a equinos, já diziam os antigos. Mas dessa vez não resisto à vontade de palrear sobre um personagem que é detentor de verdadeira

unanimidade nacional. Corro o risco, certeiro, de colocar minha colher de pau em mingau alheio, pois sou estranho aos quadros da profissão do homem. Penso, sinceramente, que a unanimidade que sempre cercou o grande arquiteto não lhe faz justiça. Ou faz mais louvor do que aquele merecido por ele. Um pouco de contestação e debate não faria mal à sua obra, eis a verdade. Diante de casos assim, torna-se irresistível, lembrar da frase definitiva e já clássica de Nelson Rodrigues: toda unanimidade é burra. Além de burra, não ajuda em nada o progresso das ideias.

Mas o fato é que reivindico para mim pelo menos uma razão importante para não apreciar a unanimidade em torno do mestre: eu estudei naquele Colégio Estadual, projetado por ele. Ali, no Estadual, gerações e gerações de pessoas importantes na política, nas artes e em outras atividades tiveram assento. Bons tempos aqueles que o ensino público era sinônimo de qualidade. Até hoje quem estudou lá se sente honrado e menciona isso nas rodas de amigos com o maior orgulho, alguns até mesmo com certa empáfia.

Mas se temos grandes lembranças de tudo o que nos rodeava, estas não eram exatamente relativas à arquitetura de tal edificação, projeto de Oscar feita por encomenda de JK. O Colégio Estadual era e ainda é realmente lindo por fora, com seus blocos imitando objetos escolares.

Estudávamos, por exemplo, na régua... O auditório é uma verdadeira obra de arte, sem dúvida, com seu formato de mata-borrão, dos antigos, que já não se usava à época que o projeto foi concebido. Tudo isso de fora e de longe; de perto e por dentro a coisa mudava. Alguns exemplos? As salas de aula eram quentes ao extremo, o sol nos batia de chapa durante as aulas do período da tarde, os banheiros tiveram que ser fechados porque empesteavam o ambiente com apenas meio dia de uso, dada sua localização junto ao corredor das salas de aula, além de problemas na exaustão de gases.

As salas de aula, além de excessivamente ensolaradas e quentes, eram pequenas para o número de alunos nelas alocado, que, aliás, naquele tempo, talvez não passasse de trinta ou trinta e cinco. O belo auditório era insuportavelmente abafado nos dias de calor, além de possuir uma acústica de qualidade duvidosa. Os professores, coitados, nos intervalos das aulas tinham que se acotovelar em acomodações precárias, uma sala de aula, com todos seus defeitos, em desvio de função. No pátio era um sacrifício encontrar abrigo para o sol, não havendo uma única árvore, com exceção de um notável abacateiro, que não se sabe como escapou incólume ao concretismo árido e exacerbado do Mestre. Por sorte tínhamos os pilotis do prédio principal, marca registrada da arquitetura do mestre. É só olhar para o atual Museu da República, em

Brasília, para ver que neste quesito, o “paisagismo” de Niemeyer continuou o mesmo...

Para concluir esta intrusão em seara alheia, devo dizer que é melhor desconfiar das unanimidades, sejam elas quais forem. Afinal, Niemeyer notabilizou-se em defender causas inglórias, como o finado comunismo do modelo soviético. Olha que ele resistiu incólume à *glasnost* e à *perestroika*, fazendo ainda muitos e muitos projetos, sem deixar de defender ideias um tanto anacrônicas.

Oscar Niemeyer já tem seu lugar na história, deixemo-lo lá.

- **Nós que amávamos a revolução**

Eram três na noite escura: era a primeira frase do livro que eu ia escrever. Na realidade, éramos dois que perambulávamos pelas ruas estreitas da Barroca, Prado e Calafate, em muitas noites escuras. Passamos a ser três quando um primo de meu amigo se juntou a nós. Saímos todas as noites, pela hora da novela, que então já “entorpecia as massas” (nossa interpretação, é claro), filosofando, tramando obras literárias, tentando equacionar o futuro da humanidade e fazer a Revolução no Brasil.

Mário Alves Coutinho era mais intelectualizado entre nós, lia Schopenhauer e Nietzsche. Tiago Veloso era ligado em ciência e em pleno ginásio nos explicava a fissão do átomo e a teoria da relatividade. Eu com a minha cultura de Seleções, ficava meio capenga entre eles. Mas nas artes da vida, me considerava melhor. Pelo menos já tinha tocado em mulher, embora só o bastante para um beijo furtivo. Éramos três apaixonados! Tinha a morenona do ônibus, a loura da Igreja, a moreninha do especial do Santa Marcelina. Por elas, mataríamos e até, quem sabe, seríamos capazes de morrer. O único problema é que nenhuma delas fora avisada disso. Nem seus nomes sabíamos, para falar a verdade. Extremistas platônicos, eis o que éramos.

A arte do cinema, certa época, povou nossas noites. Era o tempo de *nouvelle vague*, cinema novo, neo-realismo. Ficamos sócios de cineclube, não perdíamos sessão. Nossos papos eram sobre a incomunicabilidade humana, o não-ser, o ridículo existencial. Intimidade total com Antonioni, Goddard e Fellini. Um dia caí na asneira de criticar o gênero western, por achá-lo “alienado” (palavra da época, acho que não se usa mais). Meus dois amigos caíram de pau em cima de mim, dizendo que alienado era eu que não conseguia perceber a “desconstrução do estereótipo americano” de Peckinpah, ou qualquer coisa que o valha.

Abril de 64 nos pegou de surpresa. Nós, que amávamos a Revolução, tínhamos a certeza de que ela viria através de Jango, da UNE e do CPC. Fizemos aproximação com uma célula do PC. Queríamos armas,

dynamite, uniformes de campanha. Disseram que o importante no momento era agitação, propaganda. Aguardamos o momento, disciplinadamente. No dia, ou melhor, na noite, da agitação, a ser feita nas ruas adjacentes ao Batalhão de Guardas (BG) de Santa Efigênia, mandaram para a gente um saco de mantimento com panfletos, uns poucos papéis amarelados e amarfanhados, que não deram para mais do que vinte minutos de trabalho. Nem uma dupla de policiais ou uma *rapa*, por longínqua que fosse, deram o ar da graça. A Revolução não tinha o charme nem o perigo que nós, seus amantes, esperávamos...

Éramos três na noite escura, perambulando, filosofando, discutindo, brigando, mentindo, acreditando na Revolução, fazendo literatura mental, nos iludindo, amando platonicamente. O que não percebíamos, lamentavelmente, era a juventude fugindo de nós, tão depressa, para nunca mais.

• **A Barroca que habita em mim**

O bairro da Barroca e a “Turma da Barroca”, à qual eu orgulhosamente passei a pertencer depois de 1965, merecem algumas palavras. Na verdade, não era uma única turma, mas sim “turmas”. Elas se distinguiam pela idade e pelo ponto de encontro. Antes, é preciso localizar a tal da “Barroca”. Isso talvez se responda com precisão nos mapas oficiais de Belo Horizonte, mas naquele tempo e naquele mundo construído por nós, a tal Barroca era um vasto território que começava depois da Av. do Contorno, altura do Colégio Pio XII e ia até os altos do Cine Amazonas ou talvez um pouco mais. O lado direito da Avenida já seria Prado, mas os primeiros quarteirões das ruas que vinham do Prado real, eram considerados como parte da Barroca. O polígono incluía o que já então se chamava de Gutierrez, sede de um Barroca Tênis Clube. Portanto não podia deixar de ser parte da Barroca, também. No limite, este bairro mítico de minha juventude era um território mais ou menos definido entre os bairros do Prado, Santo Agostinho, Gutierrez e Nova Suíça e talvez Calafate.

Resumindo e simplificando: a Barroca era um estado de espírito. E em 1965 eu fui admitido à confraria dos que comungavam tal deleite espiritual. Havia a turma do Cine Amazonas (Aristóteles Caldeira com Amazonas); aquela do Barroca Tênis Clube; outra do Alto da Barroca (Pedra Bonita com Campos Elísios) e também certamente outras. Curiosamente, havia alguma circulação entre os diversos grupos e também certo respeito entre eles, como nas alcateias. O que não havia era luta de classes, pelo menos explícita, pois a organização dos diversos estratos era bastante democrática. Tinha prestígio quem exibia certos atributos, entre os quais não obrigatoriamente se incluía o poder aquisitivo próprio ou da família. O que conferia admiração e poder, por exemplo, era ser destemido e saber brigar bem. A arte de conquistar

garotas (“amarra”, como se dizia então) contava pontos numerosos. Ter vivido fora do Brasil, como aconteceu com alguns dos mais velhos, mesmo na condição de lavador de pratos ou entregador de pizzas em New York, conferia tremendo status ao portador, era realmente o máximo!

Toda miscigenação, contudo, esbarrava na faixa etária. Entre os mais velhos era gesto apenas magnânimo, embora não obrigatório, dar colher de chá aos mais novos. E não se deve esquecer que nesta idade, entre os 17 e os 25 anos, quaisquer dois ou três anos fazem muita diferença. Aos pixotes, como eu, ainda na faixa *teen*, cabia admirar e se babar com as histórias da geração, digamos, “sênior”. Histórias de brigas, de conquistas, de valentias, de vivências em lugares estranhos (por exemplo, uma pizzaria no Harlem ou em Miami).

Dentre os caras mais velhos e prestigiados, havia um sujeito especial, líder de todos os líderes, capo de *tutti capi*, morubixaba geral, pertencente às hostes do Barroca Tênis Clube. Ele tinha por alcunha “Secretário” e se notabilizava em todos os quesitos qualificativos arrolados acima e mais alguns, aí incluída uma aparência de galã. Constava até mesmo que, tendo estudado em seminário, era capaz de se expressar em bom latim. Mais chique e completo, impossível! O dito cujo tinha ficha criminal, também, que mais ainda aumentava o respeito que lhe tinham. Algum tempo antes, com efeito, compareceu sem ser convidado a uma festa de debutante e lá aprontou tanto que o pai da moça, ao repreendê-lo, teve um infarto e morreu. Levou processo, pois já era “de maior”.

Muito tempo depois vim a descobrir que o tal Secretário ninguém mais era que o funcionário da Câmara dos Deputados que foi o autor intelectual de todo o escândalo dos “Anões do Orçamento”, nos anos 90. E de quebra ainda mandou matar a mulher, que descobrira, aparentemente, suas falcatrias.

Com efeito, naquelas turmas da Barroca dava de tudo – até gente boa, como eu e muitos outros. Mas havia outras figuras ímpares. Nas alturas do Cine Amazonas pontificava um fulano de alcunha Paracatu, da categoria sênior, famoso pela distância entre o que ostentava em termos de poderio material e o que, de fato, era e possuía. Andava com a cabeça tão erguida que um dia caiu num bueiro aberto na Avenida Amazonas.

Outro de extração social baixa era um Bogó, mulato de compleição avantajada, com uma voz que mais parecia uma trombeta, bom de briga e provocador como quê, capaz de chamar sozinho a torcida adversária, no Mineirão, para um quebra pau, mas que tinha um fraco: era gay.

Aimoré, outro famoso de então, dele ninguém soube o que fazia e como ganhava a vida. Não sei dizer se pertencia ao time dos bons de briga ou dos pegadores. Mas tinha uma liderança fenomenal. Meu tio Willer pertencia a tal estrato e se destacava por ser proprietário (e assim ganhar vida) no volante de um taxi.

Voltando à minha pessoa, ali na Barroca, o ano de 1965 foi o último de uma vida de esbórnia e irresponsabilidade. Em 1966 seria tudo diferente, como foi. Para despedir do velho regime resolvi passar um Carnaval em grande estilo. O local escolhido era meu velho conhecido, apresentado que foi por meu tio Willer: o Clube Orion, na rua Padre Eustáquio. E lá fomos em penca. Deste Carnaval me lembro muito bem dos hits: *Quero que vá tudo para o inferno*, de Roberto Carlos, em forma de marchinha; *se a canoa não virar, eu chego lá; passar o carnaval contigo, beijar a tua boca e depois morrer...* Músicas proféticas: mandei o passado para o inferno; fiz minha canoa navegar, sem naufrágios e, principalmente, beijei bocas sem fim naquele salão. E sem morrer, cheguei lá, ou seja, na Faculdade de Medicina da UFMG, algum tempo depois.

Aquela derradeira quarta-feira de cinzas amanheceu em grande estilo, no jeito “barroca” de ser: na porta de uma padaria da rua Rio Negro, ainda de madrugada, sorvemos diretamente no gargalo de uma garrafa de vidro (não havia caixinhas e saquinhos, vejam só...) o leite Itambé que o caminhão da empresa acabara de deixar na calçada, antes mesmo de abrir o estabelecimento – coisas daquele tempo.

Aqui introduzo um personagem barroquiano, o Messias. Chuva ou sol, lá estava ele, entre o açougue e o botequim da esquina. Roupa encardida e esfarrapada, visivelmente de “defunto maior”, botinas cambaias, gaforinha suja, sabe-se lá de que. Na boca, uns caquinhos de dentes e uma língua brancacenta, que se projetava a todo momento para fora, como a de um batráquio. Tinha também um cavaquinho. Bêbado, o mais das vezes, gritava e esmurrava o peito: *cê já foi ruim, Messias!* A moçada de minha turma não lhe dava trégua: *ruim de quê, Messias?* Ele dava de ombros e não se dignava a nenhuma explicação, seguindo adiante. Diziam que fora importante e tivera bens. Antigo funcionário da prefeitura, ao que se dizia. Capturava animais soltos nas ruas: coisa de responsabilidade. Eu o conhecera já varrido, doidivanas, por vezes, agressivo. Dele, pouco se sabia. Dizia-se, também, ter ficado daquele jeito depois da morte estúpida de um filho. Tinha suas luas de cantar alto, choroso, tirando acordes toscos do cavaquinho, assustando mulheres no dia da feira, jogando chistes aos moradores das vilas distantes que passavam em ônibus. Sua cantiga predileta era mais ou menos assim: *caixa dágua pegou fogo, sapecou tamanduá, telefonei pros bombeiro, que não demora a chegá.* Essa era a cantoria dos dias alegres, que não eram poucos. Havia também música para dias de dor. Então,

com a mão fechada em concha sobre o ouvido, ou dedilhando o cavaquinho, ao qual faltavam cordas, lamentava-se: *tô doente, tô impertinente, tô com dor de dente, sei que vou morrer...* E, às vezes, galante, era incansável no refrão: *na aldeia, oi, na aldeia, quero ver o teu vestido, se arrastando-se na areia*. Ou então: *abre a janela formosa donzela, venha ver quem te adora*.

Um dia, o Messias desapareceu para sempre. Como acontecia com tudo que dizia respeito a ele, nossa turma apenas ouviu dizer que, bêbado, ao atravessar a grande avenida que cortava o bairro, certa noite, fora atropelado. Removido inconsciente para o Pronto Socorro, morreu poucos dias depois. Sozinho, dizem. Sentimos sua falta. No coração ainda puro uma sombra passava e deixava sua marca. Ficou ecoando dentro da gente o som oco dos murros no peito frágil, aqueles gritos de dor. O mundo assim se mostrava a nós em sua crueza e contingência. Não seríamos os mesmos, pouco tempo depois.

Nesta mesma Barroca fiz amizades que me acompanharam pela vida a fora. Poucas e boas! Cabe registrar pelo menos três agora, mas é preciso falar desses amigos depois, com mais calma: Erix Curi Mafra, Mauro Marcio de Oliveira e Saulo da Matta Viana Barbosa.

• **Eu fui boy**

No início dos anos sessenta arranjei, ou melhor, meu pai me arranjou, dois empregos, em sequência – os primeiros que tive. O primeiro foi em uma construtora chamada Hiron, nome de seu proprietário, sobrenomeado de Oliveira Santos, onde eu tinha como missão datilografar contratos de venda ou aluguel. Sim d a t i l o g r a f a r! E sem herrar, digo erar, digo errar. Ainda não havia xerox e muito menos impressoras digitais. Felizmente, foram poucos meses, pois nunca fui muito habilidoso em artes manuais ou mesmo digitais.

Episódio da época, que sempre me vem à lembrança, foi aquele dia em que a Avenida Afonso Pena parou. O escritório ficava nos altos do Edifício do Banco da Lavoura, em plena Praça Sete, cruzamento da Afonso Pena com a rua Rio de Janeiro. Pois bem, certo dia de novembro de 1963, estávamos apreciando a paisagem da janela lateral quando – o que é isso?! – percebemos que o trânsito de pessoas na Avenida havia simplesmente “coagulado”. Formavam-se pequenos grupos por toda parte e, especialmente no Café Pérola, em frente, onde todo mundo ia conversar fiado, já se formava uma verdadeira multidão, dado o fato que lá havia um aparelho de TV quase sempre ligado.

Um boy que nos atendia (eu já entrei promovido a datilógrafo...) foi logo despachado para ver o que havia lá em baixo e voltou esbaforido anunciando: mataram o Kennedy! Como se vê, já se era conectado na época, mas tinha que mandar um portador físico, a pé, verificar

diretamente a natureza dos acontecimentos. Naquele dia fiquei livre de datilografar pelo menos uma meia dúzia de contratos, pois nossa cabeça e nossa disposição para o trabalho, que já não era grande, também entraram em estado de coagulação, no que fomos acompanhados do gerente, um tal de Zé Matipó.

Com meu primeiro salário na Hiron comprei um relógio, um sonho de consumo para a época. Mas creio que o tal objeto de desejo não durou o bastante para marcar a hora de minha demissão de tal emprego, pois a firma mudara de ramo, passando a fabricar componentes óticos, mudando também de endereço, indo se estabelecer em Montes Claros, no distrito industrial que naquele momento começava a ser implantado ali.

O segundo emprego foi em 1965, ainda na época do Estadual, em um escritório de comércio de pedras semi-preciosas de um meio amigo de meu pai chamado Josué Irffi, um libanês esperto pra caramba, que havia ficado rico com a construção civil e também se dedicava à compra, venda e lapidação das tais pedras. Eu trabalhava ali só à tarde, como na construtora, pois tinha aula pela manhã. Josué era um negociante rígido em seus princípios e na sua vocação de se endinheirar, mas parece que foi com a minha cara e me dava colheres de chá especiais, por exemplo, quando eu tinha provas no colégio. Eu tinha ali uma vaga função de “escriturário” e ele logo me pôs para cuidar da correspondência de uma instituição de caridade que ele dirigia, o Asilo Paulo de Tarso, situado às margens da Avenida Antônio Carlos, logo depois do viaduto do anel rodoviário. Ele era um espírita fervoroso, assim como toda sua família. Minha tarefa principal era redigir cartas de solicitação de doações a empresários e pessoas físicas diversas da cidade, me encarregando de agendar retornos de ligações e contatos. Mas os telefonemas de pedir donativos felizmente eram feitos por uma funcionária. Creio que minha voz ainda meio vacilante e falseteada não me daria muita cancha para isso.

Além de redigir as tais cartas eu tinha de – adivinhem – datilografá-las, porque Josué não considerava de bom tom mandar cartas mimeografadas para pedir dinheiro. Não se esqueçam que o xerox ainda não havia sido inventado. Na ocasião, para agradar ao patrão que me era tão generoso, me ofereci para redigir a correspondência em inglês, destinada aos contatos internacionais do comércio de pedras semi-preciosas. Santa ousadia! Eu tivera apenas aulas sofríveis de inglês no Colégio Estadual, com professores idem e mal ia além daquele *the book is on the table*. Mas não me apertei: levava o trabalho para casa e recorria a meu tio Danilo Coscarelli, casado com minha tia Clárinha, que sabia inglês como ninguém, sendo professor de professores e que me tratava com a fineza e a dignidade peculiares aos meus demais tíos, tortos ou retos. Para não abusar dele, eu tentava também criar meus

próprios textos, aproveitando as lições que recebia de graça e aí certamente cometia erros vulgares. Mas pouco tempo depois, uma agregada da família Irffi, que estudava inglês em curso de letras tomou meu lugar. Melhor assim...

• Anos de chumbo

Mil novecentos e sessenta e quatro: fatídico ano. No dia exato dos acontecimentos, ou seja, num simbólico primeiro de abril, eu trabalhava em uma escola de datilografia (já fui professor desta arte, acreditem), que fez parte de uma das variadas tentativas de meu pai “abrir um negócio”. Eu escutava pelo rádio de uma sala ao lado os relatos da movimentação de tropas, com evidentes avanços dos mineiros do General Mourão sobre o Rio de Janeiro. Mas não me dava por vencido, achando que aquilo só podia ser intriga dos manjados *Diários Associados*, sabidamente associados ao golpismo e às forças da direita. Achei que estes termos iam ficar sepultados, como relíquias de um passado, mas ainda hoje, mais de meio século depois, ainda os vejo pulsar.

Na ocasião, dada a minha impotência de militante encarcerado num sétimo andar, sendo obrigado a prestar atenção no têc-têc de meia dúzia de gatos pingados naquelas velhas Remington, fui ao banheiro e atirei pela janela uma garrafa vazia no vão central do edifício. Foi uma catarse de adolescente, mas juro que se pudesse encheria aquela garrafa de gasolina, acenderia um pavio e a atiraria heroicamente sobre um carro de polícia.

Minha ficha relativa ao gole só caiu, de fato, alguns dias depois, quando passei de ônibus próximo ao quartel da PM na rua Platina, entre o Calafate 102 103 e o Prado, onde nós morávamos, e vi a imensa fila de voluntários, muitos deles quase tão jovens como eu, querendo se alistar para combater a tal “subversão”. Desta palavra, pelo menos, acho que ficamos livres....

Nessa época, como fruto de minha aproximação com Mario Alves Coutinho e Tiago Veloso, comecei a colecionar uma revista de propaganda da antiga União Soviética, impressa em rica policromia e de caráter encomiástico às conquistas do socialismo. Depois daquele fatídico abril, cuidei de levar tal material para esconder na chácara da família, em Contagem. Até que meu tio Virgílio, sempre vigilante, não só por ser simpatizante da UDN, mas por temperamento protetor, se encarregou de botar fogo naquele perigoso pacote. Ele tinha razão, melhor assim. Mas confesso que minha impressão favorável sobre o socialismo na versão soviética demorou um pouco mais a ser eliminada.

Realmente, quem viveu nos anos 60, não escapa de falar de política. Neste campo eu era portador de uma bagagem apenas convencional.

Havia “apoiado” Jânio Quadros nas eleições de 1960, por influência direta de meu avô Altivo e meus tios maternos, todos de extração udenista. Mas em 1964 eu já estava convertido à esquerda, que na época era uma palavra com significado mais nítido do que hoje. Devo esta mudança no campo político aos meus amigos Tiago e Mario, já citados. O primeiro, aliás, irmão de Cid Veloso, que foi anos depois Reitor da UFMG e sobrinho de meu tio Lécio (casado com minha tia avó Aurea Goulart), era criado numa família de esquerda. Seu pai, Geraldo Veloso, era um comunista da velha guarda, mas acima de tudo um grande intelectual, sensível à música, à literatura e outras artes, que me brindou com grande camaradagem, por eu ser amigo de seu filho caçula. Este ambiente me fez muito bem e dele emergi não só mais amadurecido intelectualmente como também pretenso militante “de esquerda”. Em 1964 Tiago, que já tinha seu irmão Geraldo Jr. militando no PCB, tratou no nos alistar no partido. Mas talvez pela nossa idade isso não se concretizou formalmente, embora tenhamos recebido algumas “missões”, de panfletagem, por exemplo. Creio que isso talvez tenha sido, também, uma espécie de iniciação, habitual nos movimentos clandestinos, em relação aos novos adeptos.

Pouco tempo depois, ainda na segunda metade da década dos 60, o significado de “ser de esquerda” se ampliou, já que as dissidências habituais se ampliaram, a questão da luta armada voltou à tona e a repressão, inclusive interna às próprias seitas de então, comeu solta. No Colégio Estadual todo mundo tinha tomado partido; os que não o faziam recebiam um rótulo certo: alienados. Eu era ligado, por laços de amizade, aos Veloso, sabidamente identificados com o PCB. Mas tinha amigos da Ação Popular (AP), mais próxima à Igreja Católica. Para mim, recém iniciado na política, a questão parecia simples: se nosso inimigo é a ditadura, por que não lutamos todos juntos? Não deu outra: a turma do PCB me acusou de fazer o jogo da AP – e vice-versa. Por pouco não caí na vala comum dos “alienados”. Aliás, curiosamente (ou nem tanto...) ser um dos tais alienados, naquele tempo, podia ser até mais confortável, relativamente, do que tomar partido, pois a facção contrária, sempre vigilante, massacrava com mais vigor aqueles que tinham posição definida, mesmo do lado sinistro do espectro, do que aqueles que não a tinham por nenhum lado.

O resumo é que quando entrei na Faculdade, porém, por questão de simpatia pessoal, principalmente com o cara que era presidente do Diretório Acadêmico (DAAB) na ocasião, Zé Celso, me considerei como membro, ou melhor dizendo, simpatizante, da AP. Mas mesmo aí minha posição nunca se definiu por completo, pois os rachas eram galopantes e eu continuava, ingenuamente, pensando que o melhor seria unir forças contra os militares no poder. De toda forma, meu namoro com Eliane, agora firme e com convivência cotidiana, acabou me afastando da política, pois minha companheira, definitivamente, não era dessas

coisas. Em 1968 fora assassinado pela Polícia, no Rio, o estudante Edson Luiz, durante uma passeata. Isso mobilizou não só os estudantes de Medicina como todo o alunado da UFMG. Nossas lideranças, unidas finalmente contra um inimigo comum, resolveram “tomar” a Faculdade. Como veem, há pouca coisa nova real sob a luz do sol. A primeira medida foi pichar, por cima do nome oficial do prédio principal, referência a um conservador odiado pela estudantada de então, Prof. Oscar Versiani Caldeira, o nome do mártir do momento, Edson Luiz.

Ato contínuo, nós montamos – aqui me permito usar a primeira pessoa do plural com propriedade – uma barricada em frente à entrada do prédio, a partir de materiais descartados que abundavam em uma área dos fundos. Sui generis esta barricada, com macas, cadeiras de rodas, armários de metal, mesas cirúrgicas, coisas assim. Enquanto isso, a Policia Militar já nos cercava, sem entrar, ainda. A nota pitoresca foi o acoplamento de um eixo com rodas, provavelmente de algum veículo de tração manual usado para o transporte de mantimentos ou roupa suja, com um tubo de chaminé ou coisa que o valha, de forma a figurar um canhão. Nós empurramos a tal trapizonga pra lá e pra cá, como se mirássemos os policiais ali em frente, fazendo com que eles, por via das dúvidas, se recolhessem atrás de árvores e de viaturas. Foi bem divertido, até que a tropa de choque chegou e invadiu a Faculdade, sem mais, distribuindo bordoadas e fazendo algumas dezenas de presos, todos liberados no dia seguinte, alguns sendo processados na sequência. A ditadura não só mostrava os dentes, mas agora já mordia.

Um ano antes, ainda primeiranista, eu fora manifestar “de roldão” na avenida Afonso Pena e no Palácio da Liberdade. O móvel era a falta de verbas para o ensino, particularmente no Pronto Socorro Amélia Lins, que pertencia ao Estado de MG. Não teve polícia e nem bombas. Fomos até acolhidos, por assim dizer, nos jardins do Palácio da Liberdade, onde passamos a noite sem que isso incomodasse ao governador de então, Israel Pinheiro, que parecia não ser adepto do cassete, embora não fosse também defensor de maior diálogo. Na etapa da Afonso Pena passei uma noite indormida debaixo da marquise do edifício chamado Lavourinha, na esquina com Tamoios. Com efeito, não é todo mundo que teve a experiência de acordar pela manhã, em colchões improvisados, com os pedestres vistos do ângulo de seus sapatos. E com uma fome terrível, saciada um quarteirão acima, na Padaria Boschi, na Tamoios com Rio de Janeiro.

Isso foi em 1967. Um ano depois o tom das queixas dos estudantes havia subido, deixando de lado questões locais ou pontuais, como o abandono do PS, em troca de temáticas mais abrangentes, nas quais as palavras de ordem tinham a ver com democracia, liberdade, repúdio à ditadura. Em cada um desses momentos aprendíamos mais um pouco

de tal forma que a primeira lição que recebi na Faculdade de Medicina, abrir as orelhas, além da mente, ia sendo consolidada pouco a pouco.

Naquele ano de 1968, que demorou a acabar (ou nem acabou, como disse Zuenir Ventura), havia uma inscrição misteriosa pichada nos muros de BH. Sim, naquele tempo as pichações eram anônimas, como hoje, mas pelo menos diziam alguma coisa. Aquelas, no caso, proferiam: *tudo certo, mas tá esquisito*. E estava tudo muito estranho mesmo: gente desaparecendo, inclusive colegas nossos de Faculdade, artistas sendo perseguidos ou se auto exilando, políticos sendo cassados. Patrulhas reais, fardadas ou não, trafegavam livremente e faziam estrago entre as pessoas de esquerda. Em uma manhã de dezembro minha mãe foi a primeira a me dar a notícia, eu ainda na cama: meu filho, agora é que se tem uma ditadura de verdade! Estava assinado o ato institucional cinco e o terror agora tinha a chancela do Estado.

A raiva que se sente em tais momentos é inimaginável! Quando vejo ainda hoje pessoas ansiarem pela volta dos militares ao poder, a sensação que tenho é mais de nojo do que de medo. Mas naquele tempo o que nos aguardava nas ruas, nos corredores da Faculdade, nos eventos públicos era tudo isso misturado: terror, desconfiança, medo, repulsa, revolta, nojo. Só quem viveu tempos assim saberá do que estou falando. Enquanto isso, a esquerda deblaterava sobre as vírgulas de O Capital, ou sobre a interpretação de parágrafos de Lenin ou sobre a conveniência dos focos de revolução, se dilacerando antes de concatenar alguma ação política organizada. Entrementes, Che Guevara foi assassinado na Bolívia e a luta armada passou a ser a opção preferencial de muitos. Aí então é que a mão pesada da ditadura se mostrou com toda sua força covarde.

Alguns meses depois do fatídico dezembro, o que já era previsível aconteceu. Meu irmão João Mauricio foi preso na Escola Técnica Federal, onde estudava, depois de uma busca arbitrária e constrangedora, por parte de agentes militares e policiais, na casa de meus pais na rua Cristina. Até sabermos de seu paradeiro e se sobrevivia aos maus tratos que certamente lhe dispensavam, foi um sufoco. Neste momento, entra em cena meu Tio Virgílio, aliás, um personagem essencial na minha vida. Ele tinha contatos entre as autoridades políticas, embora não fosse, nem de longe, o que se poderia chamar de agente da ditadura, embora sem dúvida simpático ao movimento de 1964. Graças a ele pudemos saber que João estava recolhido ao DOPS, na Avenida Afonso Pena e que aparentemente estava bem – vivo pelo menos. A extensão dos danos que sofreu na ocasião só se soube depois...

João Mauricio esteve alguns meses preso, depois respondeu a processo em liberdade e finalmente foi absolvido de tudo o que lhe acusavam,

graças ao trabalho de um notável advogado de presos políticos de então, chamado Geraldo Magela. Não sei se este cara já teve sua história contada, mas pelo que sei foi uma figura marcante, ao defender seus clientes como um leão, ao mesmo tempo que ironizava e tripudiava dos algozes e juízes da ditadura. Quem sabe este notável Magela não merecesse um livro, ou um filme?

- **Minha iniciação espiritual**

Sou de família católica, como, aliás, a maioria dos brasileiros que nasceram na mesma época do que eu. Na minha infância e juventude havia também pessoas protestantes, divididas em três ou quatro denominações, com as quais se convivia civilizadamente na escola, na vizinhança, nas opções políticas ou em qualquer outra questão ou lugar. Ainda não tinham prosperado as tais denominações pentecostais em suas diversas variações, muito menos as igrejas-negócio que hoje pululam por toda parte. Vivíamos em estado de paz e tolerância entre todos, fossem calvinistas, kardecistas, animistas das religiões africanas e mesmo comunistas e outros ateus ou agnósticos. Era um mundo mais respeitoso, cortês e suave, sem dúvida. De parte a parte.

Meu catolicismo vem de família, mas mesmo no seio dela sempre houve quem divergisse da norma. Eu tinha tios, por exemplo, que eram espíritas e até mesmo ateus, embora esta última condição não sempre fosse declarada. Na minha casa tínhamos a habito de ir à missa nos domingos, pai, mãe e filhos, todos postos em suas melhores fatiotas. Nas sextas feiras da quaresma comíamos peixe (e bem que comemorávamos aquelas sardinhas fritas à milanesa, consideradas iguarias excepcionais, pelo menos para mim e na última de tais sextas passávamos o dia em regime de contrição, sem cantarolar, rir, ou mesmo ligar o rádio. Como a maioria fazia, aliás. Mas tudo sem maior exagero.

Por algum motivo, ali pelos oito ou nove anos de idade fui acometido de um profundo sentimento místico. Tomei então a iniciativa de me inscrever como coroinha na Igreja de São Cristóvão, a nossa paróquia em Belo Horizonte. Fiz isso por mim mesmo, mas sem deixar de ser apoiado por meus pais. Eu já tinha feito a primeira comunhão e comecei a achar tudo que era ligado à igreja maravilhoso e elevado. Talvez não conhecesse de verdade um lado escuro da Santa Madre Igreja, vivenciado, frequentemente, por aqueles que estudaram em colégios confessionais. Ali havia, sem dúvida, repressão, intimidações e até mesmo assédio. Mas isso simplesmente não chegava a mim – ou eu não tinha ainda capacidade para entender tais coisas. De toda forma, minha tia Teresa Julieta, quase da minha idade, estudava em colégio católico, o Imaculada Conceição e lá, aparentemente, este tipo de problema não era relevante ou preocupante. Minha mãe e minhas tias,

irmãs dela, também tiveram experiências semelhantes, no Colégio Sacré Coeur de Marie, em BH, ou no N. S. das Dores, em Itabira, porém sem maior trauma do que aquele experimentado por minha mãe, de ter sido interna, exilada da família por algum tempo. Imagino que isso deve ser uma experiência devastadora para uma criança, mas naquele tempo era algo aceitável.

Mas o fato é que eu me encantei com o ritual católico e era com enorme emoção que eu vestia a pequena batina vermelha com aquela sobrepeliz branca e rendada que era usada pelas crianças que “ajudavam a missa”. Era descomunal o meu orgulho de me exibir com aquilo e estar junto ao altar, na frente de todos, tocando aquela campainha em determinados momentos (não se podia errar a hora do toque, seria o vexame total...). E o que era mais emocionante: responder, no mais puro latim, às palavras do celebrante. Eu não entendia patavina do que dizia naquele momento, mas muita coisa entrou na memória e não saiu até hoje, por exemplo: *dominus vobiscum; et cum spiritu tuo; sursum corda; habemus ad dominum; ite missa est; agnus dei quid tolis pecata mundi; dona nobis pacem* – e por aí vai. Aquilo realmente era chique demais!

Dentro de tal clima, certo dia tive mesmo a impressão de ser alvo (ou quem sabe causador) de um verdadeiro milagre. Eu tomei emprestada uma das tais batinas, esta preta como a de um padre de verdade, para participar de uma festa junina na escola que eu estudava, vizinha da igreja de São Cristóvão. Quando terminou a festa, eu estava achando uma maravilha estar ali vestido de padre, no meio de meus colegas, certamente alvo de olhares invejosos – ou, pelo menos, assim eu via me sentia. Estiquei aquela sensação prazerosa até onde pude, mas tive que sair para devolver a batina, que o padre me emprestara com a condição de devolvê-la até certo horário. E foi assim que saí paramentado pela rua a fora, o que sem dúvida prolongou meu gozo espiritual, já desencadeado entre as paredes da escola. Foi eu sair e o céu se fechou, começando a cair grossas gotas de chuva, o que me preocupou, pois afinal pegaria mal ter que devolver a vestimenta molhada. Mas para espanto meu, tive a sensação que aquelas gotas não me atingiam, não molhavam a sagrada veste que eu usava! Pronto, pensei: Deus me contempla com um milagre! Só pode ser isso, estou bem começado! É claro que não me ocorreu, nem de longe, que aquela chuva era muito reles para molhar alguém, nem mesmo um bobo como eu. Mas diante de tal “revelação” achei ter encontrado uma vocação da qual eu não poderia mais fugir. Vi minha ideia reforçada pelo fato de ter chegado à igreja com a roupa completamente seca, esquecendo-me que se o trajeto fosse um pouco maior talvez as coisas se sucedessem de modo bem diferente, e que eu certamente ganharia uma tremenda bronca do senhor vigário por ter molhado os paramentos eclesiásicos.

Tal fase durou algum tempo. Espalhei na família que eu queria ser padre, um pouco pelo entusiasmo (aqui tal palavra vale em sua acepção etimológica integral) que eu sentia, um pouco também porque viviam me indagando aquele clássico “o que você quer ser quando crescer” – e eu nunca fui de deixar perguntas sem resposta. Conheci, na ocasião, um garoto pouco mais velho do que eu, que às vezes também ajudava missa em São Cristóvão. Ele era seminarista, no Caraça, o famigerado instituto religioso encrustado nas montanhas de Minas. Quando eu lhe indagava sobre sua vida no seminário ele se fazia de distante, superior. Mas eu o respeitava mesmo assim. Mas via algo de estranho ali, ele era uma pessoa fechada, e me parecia ser alguém triste também. A isso se juntaram outros sinais: ele tinha uma mancha estranha, branquicenta, no rosto e tresandava um cheiro mais estranho ainda. Aquilo deve ter me encucado. O fato é que aos poucos a ideia da carreira religiosa foi me abandonando, embora eu continuasse católico e papa-hóstias.

Na ocasião, a Paróquia organizou uma sessão de cinema no Cine São Cristóvão, com um clássico espanhol carola chamado Marcelino Pão e Vinho. Quem é da minha geração e teve formação católica certamente já assistiu ou ouviu falar. Como já mencionei, de passagem, antes, lá pelo meio da sessão o senhor vigário veio sentar ao meu lado e danou a me fazer perguntas esquisitas, se eu era um bom menino, se obedecia a meus pais, se não batia nos meus irmãos, coisas assim. Não passou disso, mas aquele homem de barba malfeita, de voz grossa, sussurrando coisas quase no meu ouvido me perturbou um pouco. Chegando em casa contei para minha mãe, inocentemente, acho até que justifiquei o ocorrido como uma espécie de entrevista para me promover na função de coroinha. Mas vi que ela ficou preocupada, pois me fez muitas perguntas. E, pelo que me lembro, minha avó Dodora também ficou sabendo da história e se mostrou preocupada. Eu não entendia bem aquilo, mas de toda forma a minha chama vocacional religiosa já estava em declínio na ocasião. Não passou de um fogo de palha.

O Padre Carlos, nunca mais vi, a não ser nas missas, que eu também logo dei xe de frequentar, inclusive por ter mudado de bairro. Porém, quase vinte anos depois, eu já formado em Medicina, trabalhei como plantonista no Hospital Municipal Odilon Behrens, vizinho de minha antiga Igreja de São Cristóvão. Numa noite de plantão fui chamado para atender um paciente agonizante num dos apartamentos privados. Logo o reconheci, era o Padre Carlos. Isso não tem nenhuma relação de causa e efeito com a história acima. Seria apenas uma daquelas coincidências meio sem sentido que a vida nos apronta.

Mas o que importa é que, passados mais uns poucos anos, eu me cansei de missas e igrejas. Comuniquei isso de maneira intempestiva a meus pais, que ainda insistiam na frequência dominical familiar

coletiva a tais rituais, como convinha a um adolescente rebelde. O mundo quase desabou sobre mim, mas aguentei firme. Um a um, os outros irmãos todos tomaram o mesmo rumo, em pouco tempo.

Dando um salto de mais de cinco décadas, voltei a me interessar por ambientes e rituais católicos mais recentemente. Mas aí, no caso, já diferenciando religião de espiritualidade e tendo como foco um local apenas, a graciosa capela do Mosteiro de São Bento em Brasília. Ali assisto esporadicamente a “vésperas” e missas, ligando-me, especialmente, ao cantochão gregoriano, em que pese ser o mesmo executado de forma apenas rudimentar pela dúzia de monges que ali residem. Uma vida espiritual um tanto carente de substância, como se pode perceber. Mas é o que me foi dado vivenciar.

- **Minha formação, digamos, intelectual**

Minha família não chegava a ser um exemplo acabado de intelectualidade. Mas vamos por partes. Meu avô Altivo, este sim, tinha luzes. Formou-se advogado no Rio de Janeiro no começo do século XX, chegou a publicar poemas e textos de feição *symbolista* em revistas literárias, introduziu ao irmão Carlos (segundo o próprio) boas e clássicas leituras. Em sua casa havia livros, muitos livros, particularmente, pelo que me lembro, de literatura jurídica. Mas tive a sorte de pegar alguns para mim quando a casa de minha avó se desfez, na década de 70, e entre o que recolhi havia alguma filosofia e literatura. Mantenho dois desses alfarrábios comigo até hoje: um livro de Hypolite Taine, um filósofo positivista e outro de Maurice Maeterlink, um literato simbolista – ambos franceses.

Na minha infância, lembro de algumas discussões acaloradas, embora amistosas, entre meus tios maternos, com citações literárias e filosóficas disparadas meio a esmo e talvez sem total fundamento. Por exemplo, Schopenhauer, o italiano Pitigrilli, Guerra Junqueiro, além do indefectível Alan Kardek, eram citados de forma habitual. O *Encontro Marcado*, de Fernando Sabino, lançado em meados da década de 50, foi muito comentado nas rodas da família, com as devidas ressalvas que deveria ser afastado da curiosidade dos menores (no caso, eu) por ser considerado “impróprio”. Mas certamente tudo isso denunciava que ali se lia alguma coisa.

Já do lado dos Goulart nada disso acontecia. Mas não os reprovo por isso. Herdei deles coisas de outra espécie, mas que valorizo muito também. Aquelas conversas à mesa dos Andrade eram também ricas em manifestações um tanto conservadoras, do ponto de vista político, mas não fascistóides, é bom que se diga. Meu avô tinha ligações antigas com a União Democrática Nacional (UDN), sendo seu fundador em Itabira e além disso era um anti-varguista convicto. O grande ídolo da família era Carlos Lacerda. Nas eleições de 1960 Jânio Quadros deve ter

obtido 100% dos votos do clã, exceção feita a meu pai, adepto de JK e homônimo do então candidato a vice-presidente, Jango, tendo apoiado, naturalmente, o titular da chapa, o Marechal Lott. Eu na ocasião, dado meus pendores igualitários e progressistas, era frequentemente criticado por alguns dos meus tios: você quer a igualdade para todos? Veja bem, nem os dedos da mão são iguais! Não posso reclamar; isso era feito de maneira sem dúvida suave e até contribuiu para que eu, diante da irrelevância e do vazio de tal argumento, mais ainda me afastasse para a esquerda – pelo menos em comparação a eles. Não deixava de ser um ambiente amável de discussões, embora um bocado exaltado, por vezes. O fato é que não me lembro de alguém ter rompido com algum irmão ou sobrinho por causa dessas eventuais divergências de opinião.

Em tal cenário eu posso me considerar, ainda hoje, um privilegiado, pois era o neto e sobrinho mais velho, a quem era conferida a honra de participar, desde muito cedo, daquelas “conversas de adultos”. Mas devo dizer – e o faço com bastante convicção – que o ambiente onde minha formação intelectual, do ponto de vista político e humanista de fato evoluiu e se aprofundou foi o do Colégio Estadual. Já escrevi sobre isso aqui e não canso de insistir no enorme privilégio de estar ali durante a primeira década dos anos sessenta, ao lado de tantas pessoas que se tornaram notáveis e de professores marcantes, embora alguns, entre uns e outros, nem tanto. Mas no Estadual havia, acima de tudo, um ambiente aberto e ventilado, onde os impulsos de progresso e liberação de costumes já se faziam presentes desde o início da década. É claro que havia também a presença de um “outro lado”, reacionário e conservador, seja por parte de alunos ou, principalmente, de professores, mas sem dúvida este polo era minoritário. O fato é que eu, até então apenas um garoto, tinha acabado de deixar para trás as proverbiais calças-curtas do Grupo Escolar e adentrava agora em um novo mundo, pleno não só de hormônios, mas também de debates, de contradições, de coexistência com diferenças, no qual se assumir com uma posição política definida fazia diferença. Aliás, era obrigatório. A pior coisa que alguém poderia dizer de outra pessoa, na ocasião, seria lhe aplicar o epíteto de “reacionário”, destinado não só aos conservadores como aos sem-posição de maneira geral.

Eu entrei com total vigor neste universo. Associei-me logo a um grupelho que se dizia “terrorista”, talvez influenciado pela leitura, já agora liberada para mim (na verdade, ainda de forma meio clandestina), de o Encontro Marcado, onde Eduardo, Hugo e Mauro assumem algumas atitudes que consideravam de tal gênero. Nossos “atentados” consistiam em deixar em locais ermos do colégio, o portão meio abandonado da rua Antônio de Albuquerque, por exemplo, de verdadeiras bombas-relógio, compostas por cigarros (que começávamos a curtir, também de forma clandestina) atochados a bombas “cabeça de

negro”, de tal modo que explodiam daí a algum tempo, quando a brasa chegava ao pavio das mesmas. Isso é, quando tal coisa acontecia, porque aqueles mata-ratos infames às vezes nem queimavam por inteiro. E assim, algum tempo depois, em plena aula, vinha aquele estrondo que abalava as estruturas de concreto boladas por Niemeyer, assustando alguns e deixando outros com ar de realização profunda.

Aos poucos, porém, fomos ganhando mais consequência em nossos atos. Aí é que entram alguns professores supimpas, embora ao lado de outros nem tanto. Falemos dos melhores, pois não caberia aqui falar aqui dos reações consumados que andavam por lá, mesmo que não se lhes possa negar competência escolástica. Muitos deles eram também professores, inclusive alguns catedráticos, da Faculdade de Filosofia da UFMG, situada a poucos quarteirões do Colégio, na rua Carangola. Mas para citar alguns dos melhores, dos que me ficaram na lembrança, pelo menos, havia gente do calibre de Romilda (Química), Iracy (Português), Clara Grimaldi (Português), De Brot (Francês), Juscelino Paraíso (Geografia), Reis (Ciências), Ernesto (Geografia), Ana Mazur (Francês), Durval (Português), Eder Simões (Português), Zé da Paz (História), Rubens Romanelli (Latim), João Moreira da Rocha, vulgo Joãozinho da Pré-História, Barbosinha, supostamente o codificador do futebol de salão no Brasil, além de diversos outros. No polo oposto, Wagner Brandão, Wilton Cardoso, Amaro Xisto (que não tiravam terno e gravata nem para dar aulas a nós adolescentes), mais a sobrinha deste último, Maria José de Queiroz, terrivelmente autoritários, mas competentes em suas áreas. Sem esquecer de Alcides e Irineu, que cuidavam da disciplina, mas o faziam em regime de franca camaradagem com os alunos, sem deixarem de ser bem-sucedidos em tal missão civilizatória,

O tempo já me fez esquecer muitos nomes. Não que fossem todos de esquerda, mas era gente com perfil de educadores, que sabia estimular os alunos, sendo por nós reconhecidos, alguns deles, pelo menos, como verdadeiros ídolos. E principalmente dos professores de língua e literatura vinham estímulos poderosos para que a gente lesse muito e não se detivesse diante de dificuldades de apreensão – eles estariam ali para nos ajudar. E o mais importante: naqueles corredores havia total liberdade de expressão, melhor dizendo, um verdadeiro culto a isso, como valor real.

É assim que devo ao Colégio Estadual dois pilares da minha formação intelectual, na literatura e na política. Creio que muitos dos que por ali passaram devem ter recebido esta graça, também. Na literatura, não posso deixar de lembrar a professora Clara Grimaldi, de quem o estímulo nos vinha através não só através das leituras obrigatórias e muito bem selecionadas, mas também de uma sistemática insistência naquelas então denominadas “composições”, depois “redações”, que ela nos impunha como exercício e eram todas devidamente comentadas e

analisadas por ela, de forma pública ou mediante notas de rodapé. Para mim, ela disse muitas vezes: *você leva jeito para a coisa* – e eu acreditei! Isso marcou minha vida e certamente gerou esta minha pretensão de escrever, como faço agora.

E foi assim que comecei com Manoel Antônio de Almeida, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e cheguei a Machado de Assis, Lima Barreto, Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Lins do Rego, Humberto de Campos, Fernando Sabino, Rubem Braga e muitos outros. Para não falar de Drummond, Vinicius, Bandeira, Olegário Mariano, Menotti Del Picchia, João Cabral e tantos mais. A sensação que tenho é que meu ritmo de leituras nesta fase da minha vida, ou seja, dos 12 anos até fazer vestibular, foi infinitamente superior aos anos que vieram depois, pelo menos do ponto de vista quantitativo. Eu me tornei leitor cadastrado da Biblioteca Pública, situada na Praça da Liberdade, não muito distante do Estadual, que passei a frequentar quase que semanalmente, sempre devolvendo um livro para pegar outro.

Mas teve também o germe da política... Passada a fase terrorista, na qual, aliás, ninguém foi ferido ou magoado, apenas alguns se assustaram, o destino natural foi mergulhar na atmosfera política do Colégio Estadual. Sobre a turma da direita não posso dizer nada, pois não a frequentei e nem tive amigos de tal lado. Mas o fato é que eu logo me identifiquei e me senti mais confortável com os da esquerda. Mas aí começava um grande problema: a “quem” na esquerda deveríamos acompanhar? Por que estes já eram fragmentados – e inconciliáveis, muitas vezes. Os opositores principais do pessoal de esquerda, na época, eram os rapazes de uma facção chamada de “Congregados Marianos”, ligado à ala conservadora (e dominante, à época) da Igreja Católica, tendo como liderança máxima o Arcebispo Antônio dos Santos Cabral, o mesmo que impediu a consagração da Igreja da Pampulha, por ser obra do comunista Niemeyer. E com esta turma a esquerda pegava pesado, inclusive fazendo imitações grotescas de suas atitudes pias e recatadas, nas quais o jornalista e escritor Humberto Werneck, meu contemporâneo no Estadual, era mestre insigne. Creio que a corrente principal na dita esquerda fosse a dos comunistas propriamente ditos, termo que já era palavrão na época. Isso implicava em que quem porventura aderisse a tal grupo mantivesse o bico calado. Já havia se estabelecido a histórica fissura entre os de linha “russa” e “chinesa” e isso tinha alguma implicação na adesão de simpatizantes, no sentido de formarem opção e convicção por uma coisa ou outra. Mas havia também outros grupos se movimentando à esquerda, dispostos a denunciar o estalinismo e as tradições autoritárias dos velhos PCB e PCdoB.

Naquele momento, havia uma turma “católica”, que se diferenciava – aliás, radicalmente – daquela dos citados “congregados”. Tais católicos

da esquerda política, como se sabe, provinham de certa militância política desde os anos 50, nas famosas “juventudes” estudantis, universitárias e operárias (JEC, JUC e JOC) e acabaram se organizando sob a denominação de Ação Popular. Este era o cenário: quem tivesse, entre nós estudantes, inclinações de esquerda, ou pelo menos de oposição ao regime militar, naquele momento (pois 1964 já havia desabado sobre nós) tinha que optar entre uma coisa ou outra (ou mesmo outras mais, que foram surgindo com o tempo). Ou comunista no velho sentido ou católico de esquerda, para ficar no polo mais *digno* da questão.

Eu tinha amigos nos dois lados e fui puxado por eles em ambas as direções, como já comentei antes. Tive um primeiro flerte com os prestistas, que me exigiu algumas emocionantes sessões de panfletagem pelas noites e madrugadas de BH, mas depois acabei nos baços da AP, onde as relações entre as pessoas me pareceram mais fluidas e transparentes, menos neuróticas, para dizer a verdade. Os primeiros se ouriçaram contra mim; entre os outros, todavia, não sei se cheguei a usufruir de total confiança. Como se vê, a briga nas esquerdas é antiga. Aliás, bem mais antiga do que mostram estes singelos acontecimentos do início dos anos sessenta, envolvendo mentes e corações ainda mais puros, ou mesmo simplórios, como era o meu caso e o de muitos militantes da ocasião. Para ser sincero, as ações políticas possíveis naquela ocasião consistiam basicamente na participação de discussões intermináveis, nas quais, não raramente, os inimigos mais visados eram os membros de outra corrente de esquerda. E mesmo assim, facultados tais debates apenas para os que ascendiam a posições de liderança e comissariado, o que nunca foi o meu caso.

Quando cheguei à faculdade, confesso, minha militância foi também um tanto superficial, mas já sintonizado com o ideário da AP, mas sem me meter mais profundamente nas notas de rodapé que os militantes mais radicais apreciavam levar a sério, em seus debates intermináveis e muitas vezes ferozes, disputando espaço com as correntes rivais. Fui a passeatas, acampei no Palácio da Liberdade, me manifestei nas escadarias de São José, enfrentei a polícia numa absurda invasão da Faculdade de Medicina, dormi debaixo de uma marquise na Av. Afonso Pena para fugir da chuva e da falta de dinheiro para um taxi. Nada de exclusivo, muitos fizeram isso junto comigo e até foram mais além, sendo torturados e até perdendo a vida.

Logo veio 1968 e num dia de dezembro, como já contei, eu acordei com minha mãe, que não se metia em política, avisando a mim e a meus irmãos homens, que já começavam a botar as asinhas de fora, que havia uma ditadura no Brasil agora, e que nós tomássemos muito cuidado. Era o AI-5 chegando. Na sequência, comecei a trabalhar, primeiro com aulas particulares, depois nos colégios Arnaldo e

Champagnat, passei a dar plantões no Pronto Socorro e a namorar firme com Eliane, com intenções sérias e urgentes de casamento. E minha militância, que já era rasteira, se dissolveu. Meus dois irmãos foram presos, João inclusive foi torturado no DOPS e eu carreguei pela vida a fora um sentimento de que talvez eu devesse ter feito mais em termos de militância política.

Um dia, num plantão no hospital militar, fui chamado a atender um rapaz, da minha idade praticamente, que havia sido torturado e tinha ficado paraplégico como resultado das sevícias que sofreu nas mãos da polícia. Naquele dia minha culpa se exorbitou e eu em poucas semanas me coloquei para fora daquela missão intolerável. Revoltado, mas incapaz de alguma reação mais forte. O que me consola é saber que naveguei num mar de equívocos, seja relativo às dissensões na esquerda, seja em relação à rejeição liminar de quem pensasse de alguma forma diferente, ou mesmo pelo temor em ser preso e torturado pelos agentes daquilo que foi, sem dúvida, o maior equívoco de todos: a ditadura militar. Eu talvez tenha apenas cometido o erro de cuidar da minha vida e procurar corresponder ao investimento que a sociedade e minha família fizeram para que eu chegassem até ali. Mas não deixo de reverenciar e respeitar aqueles que se arriscaram e se meteram em confusão mais grossa – e muito sofreram por isso – como foi o caso de meu irmão João Mauricio e muitos outros abnegados, sem dúvida mais valentes do que eu.

FIM